



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA - UERR**  
**CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO**

**KÁTILA NAYARA ROMAO MOURA**

**PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL NO CONTEXTO DO  
(ECO)TURISMO DA COMUNIDADE INDÍGENA NOVA ESPERANÇA**

**BOA VISTA - RR**

**2014**

**KÁTILA NAYARA ROMAO MOURA**

**PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL NO  
CONTEXTO DO (ECO)TURISMO DA COMUNIDADE INDÍGENA  
NOVA ESPERANÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual de Roraima.

**BOA VISTA - RR**

**2014**

**KÁTILA NAYARA ROMAO MOURA**

**PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL NO  
CONTEXTO DO (ECO)TURISMO DA COMUNIDADE INDÍGENA  
NOVA ESPERANÇA.**

Aprovados em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Ismar Borges de Lima (Orientador)**

Universidade Estadual de Roraima, UERR.

---

**Prof. MsC. Bruno Dantas Muniz (Membro)**

Universidade Estadual de Roraima, UERR.

---

**Prof. MsC. Ana Luíza (Membro)**

Universidade Estadual de Roraima, UERR.

**NOTA FINAL:** \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus primeiramente por me permitir viver e evoluir a cada dia, agradeço aos meus amigos de graduação que tornaram essa caminhada, por vezes árdua, mas muito prazerosa, Halyson David e Andressa Cavalcante, que são amigos de uma vida, agradecer aos meus professores de curso que me ensinaram não só como ser um profissional diferenciado, mas um ser humano melhor, agradecer ao meu orientador Ismar Borges de Lima, que foi mais que um simples orientador, foi um amigo, companheiro, que me ajudou e me aconselhou por diversas vezes. Agradecer aos amigos que me ajudaram com palavras de apoio, de conforto, com abraços, Carlos Coutrin, Amauri Silva, Graziela Souza. E agradecer principalmente a minha família amada, que é a mais pura essência do amor de Deus para comigo, meus irmãos amados Eric, Karol, meus pais Edilson e Jane, e meu filho amado Zion Moura.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho de monografia a minha família amada que me apoia e me ampara, aos meus irmãos maravilhosos, a minha mãe que é um exemplo de força, ao meu pai sempre tão sensato, e principalmente dedico ao meu filho companheiro, querido e amado, Zion.

## RESUMO

O turismo em áreas indígenas é um importante fator de desenvolvimento, que pode influenciar diretamente na melhoria da qualidade de vida das comunidades, desde que planejado de forma correta, aonde a comunidade venha a ser protagonista do seu próprio desenvolvimento, atuando em várias esferas. O modelo de turismo praticado na Comunidade Indígena Nova Esperança tem como seu principal atrativo a Trilha Ecológica do Coatá, onde é feita a interpretação ambiental, onde existem pinturas rupestres com significados atribuídos pelos próprios moradores, a pesquisa realizada na comunidade buscou retratar a relação dos patrimônios materiais e imateriais inseridos no modelo que atualmente é praticado na comunidade, como eles são vivenciados, se existe uma preocupação por parte da comunidade em resgatar esses patrimônios imateriais, dos quais existem várias manifestações. A metodologia utilizada foi a quali-quantitativa, onde foram aplicados questionários com questões abertas e fechadas, direcionadas aos moradores que trabalham com o turismo, de forma direta e indireta, entrevistas semiestruturadas direcionadas ao Tuxaua que é o responsável pela tomada de decisão, e ao diretor técnico que é o responsável pelo projeto turístico da comunidade. No resultado da pesquisa ficou claro que a comunidade ainda não inseriu de forma integral os aspectos imateriais ao modelo de turismo atual. Observou-se que a falta de estrutura e de apoio do poder público acaba comprometendo o desenvolvimento comunitário e do próprio projeto de (eco)turismo. A melhoria da qualidade de vida da comunidade, bem como a sua inserção e inclusão social ocorrem ainda de forma lenta, e gradativa.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade, Turismo Indígena, Ecoturismo, Qualidade de Vida, Patrimônio Material e Imaterial.

## ABSTRACT

Tourism in indigenous areas is an important factor of development that can influence directly in the improvement of the quality of life of communities with regards to the fact that it must be planned according to the sustainable principles, in which the community will be given a protagonist role over its own development to the extent it can work and act in all spheres and levels of the tourism development process. The model of tourism practiced in the *Nova Esperança* Indigenous Community has as its main attraction the ecological Trail known as *Coatá*, where environmental interpretation is made; the trail also has cave paintings with meanings attributed by the residents themselves. This research sought to investigate the main aspects of the community in respect to its material and immaterial assets inserted, including their cultural aspects and the community views and perceptions of the world around them as part of a community model and life style. It is the research focus the living spaces, the residents' experiences with visitors and with tourism activities, their concerns to nature and to their culture, as well as the various community manifestations. The methodology used was qualitative and quantitative one, where questionnaires with open and closed questions were applied to the residents who work in tourism, and semi-structured interviews were done with the indigenous leaders, the *Tuxauá*, mostly in charge for decision making, as well as interviews with the technical director who is the responsible for community tourism project. The results of the research reveal that the community has not yet included all the immaterial aspects of their culture and world perceptions to its current tourism model. It was noted that the lack of structure ends up compromising the community development and its (eco)tourism

Project. The improvement of the quality of community life, as well as the integration and social inclusion have unfortunately taken place slowly and gradually.

**Keywords:** Sustainability, Indigenous Tourism, Ecotourism, Life Quality, Material and Immaterial Heritage.

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES**

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Mtur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
1.1 Problematização: Vantagens e Desvantagens do Turismo para Indígenas.....	1
1.2 O Contexto do Setor Turístico e das Terras Indígenas em Roraima	21
<b>2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>23</b>
2.1 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS .....	23
2.2 TURISMO DE BASE LOCAL.....	25
2.3 ETNOTURISMO.....	27
2.4 ECOTURISMO.....	29
2.5 TURISMO CULTURAL.....	30
2.6 PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL.....	32
2.7 SUSTENTABILIDADE, CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO.....	34
2.7.1 Conservação .....	35
2.7.2 Preservação.....	36
2.8 TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS	38
2.8.1 Turismo Indígena no Brasil: O PNGATI como Marco Regulatório .....	40
2.8.2 Cooperativismo e Associativismo Indígena .....	41
2.8.3 Planejamento e gestão do Turismo Indígena.....	43
<b>3.METODOLOGIA E MÉTODO.....</b>	<b>43</b>
3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	43
3.2- AMOSTRA.....	44
3.3- PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	44
<b>4.ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>47</b>
<b>5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS .....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXOS</b>	
QUESTIONÁRIO.....	63

## 1. INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno em expansão, em constante crescimento, onde sua importância como indicador de crescimento social e econômico se encontra cada vez mais pertinentes nas mais diferentes localidades em que a prática se faz presente. O turismo tem um papel ampliado, indo muito além da noção de lazer, hedonismo, deslocamento humano, e de lucratividade do setor, podendo servir de vetor para um desenvolvimento local, com benefícios econômicos, sociais, e ambientais se subsidiado por um adequado planejamento e gestão.

É inegável a relevância do turismo como uma atividade de vanguarda, por exemplo, na busca e promoção de práticas norteadas pelos princípios da sustentabilidade, visando à conservação e preservação do meio ambiente, pois a dinâmica do turismo recai em experiências e vivências em ‘destinos’ maiormente situados em áreas ou regiões de reconhecido valor paisagístico e natural. No momento em que grandes catástrofes naturais se tornaram um acontecimento recorrente, o turismo pode se tornar uma opção para se usar os recursos naturais de forma menos impactante, e torna-los recursos renováveis.

A busca por destinos cada vez menos explorados tem aumentado nas duas últimas décadas, em particular, após – o que pode ser considerada - uma notável maturidade ecológica mundial com a realização da Rio-92, um evento das Nações Unidas que ficou também conhecido como Cúpula do Rio de Janeiro, ou ECO-92. Após o evento, as pessoas começaram a ficar mais conscientes a respeito da fragilidade do planeta Terra, e concomitantemente em razão desta mesma percepção, houve também uma mudança de postura de muitos governos que começaram a usar as diretrizes propostas na Agenda 21, criando políticas públicas de promoção das práticas sustentáveis, entre elas, a busca de um turismo alternativo (menos impactante) ao turismo de massa (mais impactante).

Com isso os roteiros consolidados como o turismo de sol e praia deixaram de ser atrativos exclusivos, abrindo-se espaço para aquele conceito de turismo alternativo com contornos completamente diferente das atividades que antes prevaleciam no turismo de massa; e surge um novo nicho para o setor turístico. Os visitantes – mais conscientes sobre a questão ecológica – se tornaram um novo mercado a ser explorado, havendo todo um repensar a forma de se fazer turismo, tanto pelas agências governamentais quanto pelo trade turístico.

O ‘ecoturismo’, por exemplo, surge como uma proposta de grande potencial ecológico, no sentido de vincular vantagens econômicas com ganhos sociais e ambientais com a participação e benefícios para as comunidades locais. Acredita-se que os ‘ecoturistas’ tenham uma maior preocupação com os impactos da atividade turística, optando por lugares menos explorados, com um contato maior com a natureza, e a comunidade local como sua anfitriã, logo o envolvimento com a comunidade local é um dos indicadores dessa vertente que é o ecoturismo.

Ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma

consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, e promovendo o bem-estar das populações. Este segmento é caracterizado pelo contato com ambientes naturais, pela realização de atividades que podem proporcionar vivência e o conhecimento da natureza e pela proteção das áreas onde ocorre. Assim, o ecoturismo pode ser entendido como as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza, comprometidas com a preservação e educação ambiental (BRITO, 2009, p. 24).

Nos espaços naturais, várias modalidades de turismo surgem para suprir as mais diversas necessidades dos turistas nabusca por novas experiências, e o etnoturismo apresenta uma proposta de discussões antropológica, ecológica e sociológica, que são evidenciadas pelas populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos, que através de sua cultura, seus hábitos cotidianos, seus rituais, seu contato com a natureza de forma renovável, podem se transformar em produto turístico intangível, repassando valores, afirmando sua identidade, valorizando sua cultura, e fazendo da prática do turismo uma significativa fonte de renda, trazendo melhorias na qualidade de vida dos habitantes locais.

O turismo em áreas indígenas é uma modalidade em expansão, vista como uma fonte de renda sustentável para as comunidades, e apresenta conceitos interessantes, onde a valorização e o resgate cultural estão nas premissas dessa modalidade, uma vez que o turismo praticado em áreas indígenas é também motivado pelo interesse em se conhecer a cultura local, pelo contato com uma vida cotidiana diferente da vida do visitante, assim o turismo em terras indígenas pode de acordo com Leme e Neves (2006) promover a subsistência de um povo indígena ou parte dele, além de ressaltar os elementos identitários e promover uma elevação de autoestima.

É, entretanto, importante salientar a importância da gestão participativa com a inclusão das comunidades indígenas, principalmente na tomada de decisões durante a implantação do projeto turístico a fim de se saber os anseios e desejos da comunidade, suas dificuldades, e perspectivas (e expectativas), ou seja, que seja uma tomada de decisão participativa que possa contribuir para maximizar os benefícios do turismo, ao passo que os indígenas fiquem cientes das vantagens e desvantagens do turismo, bem como de sua sazonalidade, com épocas de pouca ou nenhuma visitação; portanto, sem opção de renda adicional.

Em 2012 foi aprovado pelo Governo Federal por meio de FUNAI a Política Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas, com a sigla PNGATI, uma política que reconhece o papel das terras indígenas na conservação da biodiversidade, portanto dando autonomia e voz às lideranças indígenas, orientando o uso sustentável dos recursos naturais, onde o índio se torna o grande protagonista nas tomadas de decisão, podendo avaliar as intervenções em sua comunidade.

A inclusão dos grupos indígenas na formulação de um projeto turístico pode ainda contribuir para reduzir possíveis impactos culturais, aculturação indesejável, bem como evitar que o contato com os visitantes faça surgir um sentimento de inferioridade por parte dos moradores locais. Nesse sentido, a valorização da cultura, do folclore, dos costumes, dos festivais, e da identidade local é fundamental como matéria-prima e atrativo para o turismo indígena. Sem se permitir excessos de espetacularização com a cultura do outro, os grupos indígenas

participantes no desenvolvimento do turismo em suas terras devem entender que eles e seu ambiente de vivência são a principal razão da visitação.

### **1.1 Problematização: Vantagens e Desvantagens do Turismo para Indígenas**

O turismo de base comunitária deve acontecer de forma harmoniosa, com participação direta da comunidade receptora, a tomada de decisões deve ser feita de forma participativa, onde a visão dos habitantes locais deve ser enfatizada, uma vez que eles conhecem como ninguém a realidade da localidade visada pelo turismo. Os impactos que uma atividade turística envolve são inúmeros e mudam constantemente, em vista do turismo se tratar de atividade dinâmica, logo seu monitoramento periódico é de fato imprescindível. O desenvolvimento social que acontece nas comunidades indígenas não está necessariamente interligado ao desenvolvimento econômico, está de fato no protagonismo dos moradores locais no que diz respeito ao turismo, a tomada de decisões, a autonomia das comunidades adeptas à essa prática. Bartholo ressalta a importância do uso de técnicas de planejamento participativo, onde a comunidade é estimulada a pensar criticamente o uso de seu território e o desenvolvimento do turismo.

As vantagens comparativas da participação dos estágios iniciais de concepção de um projeto dedesenvolvimento são inúmeras, a começar pelo saber compartilhado pela problemática local e a identificação das necessidades essenciais a serem incorporadas na visão do projeto (IRVING, 1998, p. 140).

Um ponto considerado fundamental para consolidação do atrativo é a avaliação da geração de benefício em um projeto de turismo de base comunitária, é importante para que se evite a concentração de ganhos, para que apenas uma parcela dos envolvidos seja beneficiado. Para Irving ( ) a valorização da cultura local é essencial para o turismo de base comunitária, uma vez que ele fortalece os sentimentos de afirmação de identidade e pertencimento.

Assim, a condição para o turismo de base comunitária é o “encontro” entre identidades, no sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua. Neste caso, seu planejamento deve considerar “o compromisso ético, de respeito e engajamento de ‘quem está’ e de ‘quem vem’ e o intercambio geral entre os sujeitos ‘que recebem’ e os que ‘são recebidos’ e, destes com o ambiente e, destes, com o ambiente no qual interagem. Sem essa interação, a troca de valores não se efetiva e o ‘espaço de interação’ ganha contornos apenas circunstanciais” (IRVING, 2008).

O turismo em áreas indígenas vem sendo avaliado como um grande fator de desenvolvimento social para as comunidades receptoras, uma vez que os moradores tenham total autonomia sobre a prática do turismo, sobre a tomada de decisões em prol de um bem estar comum, e que seja protagonista do próprio desenvolvimento, seja ele em todos os âmbitos, econômico,

cultural, social, sustentável, afim de que a melhoria da qualidade de vida daquela distinta comunidade aconteça de fato, e não fique só no papel. Mas para que isso aconteça é necessário uma série de cuidados, para que os danos que uma atividade turística acarreta, muito embora seja planejada, seja minimizado, alguns casos como o turismo indígena que acontece e já é solidificado na Reserva Pataxó da Jaqueira, na Bahia, é um exemplo claro do como a comunidade e os órgãos públicos podem trabalhar em conjunto e garantir a sustentabilidade da prática do turismo naquela região.

A experiência turística proporcionada pelo etnoturismo deve ser equiparada como uma transmissão de conhecimentos, que enriqueça o turista e o faça enxergar com respeito as tradições indígenas e o seu modo de vida diferenciado. Outro fator relevante a ser destacado é quanto ao tempo de estadia do turista na comunidade, uma vez que não sendo planejado, esse período caso seja longo, pode acarretar mudanças no comportamento dos moradores, descaracterizando, ou gerando outras expectativas senão as ligadas ao turismo, em outros casos onde não existe essa preocupação do tempo de estadia, um dos reflexos negativos é a autoestima da comunidade, por se tratar de visitantes que de repente tem um poder aquisitivo alto, e mostrar equipamentos que fogem à realidade da comunidade, pode fazer com que os índios desenvolvam sentimentos de inferioridade, por não terem acesso a essa tecnologia.

O turismo em áreas indígenas deve ser visto como uma atividade complementar, que gera mais uma possibilidade de renda extra para aquelas comunidades mais carentes, por que o turismo por si só, não é capaz de garantir o sustento de uma comunidade com um grande número de pessoas, levando em conta que existe o ciclo sazonal do turismo, onde em determinadas épocas a procura é maior, e em outra a procura pode ser bem baixa, o que pode comprometer diretamente na renda das famílias que sobrevivem única e exclusivamente da atividade turística.

O turismo indígena em Roraima é praticado em algumas comunidades, mesmo que de forma tímida, ainda sem muitos recursos, mas com atrativos que podem culminar com uma rotina de visitação interessante, além disso, os índios promoveram o turismo como sendo uma atividade capaz de proporcionar autonomia aos membros da comunidade. O cenário atual do turismo indígena de Roraima ainda é insipiente, está tentando se consolidar em vista das dificuldades de infraestrutura, saneamento básico, parcerias que podem vir a dar suporte, tanto no que diz respeito a capacitação, quanto ao planejamento e monitoramento da atividade, logo a

intervenção dos órgãos públicos e indigenistas são de extrema relevância para que essas iniciativas se transformem em destinos de excelência em turismo indígena.

## **1.2 O Contexto do Setor Turístico e das Terras Indígenas em Roraima**

Em Roraima, a questão indígena é muito forte, por se tratar de um estado peculiar, onde as questões indígenas estão sempre em evidência,

O Estado tem 14% de sua população composta de grupos indígenas totalizando aproximadamente 40.000 indivíduos, cujas reservas ocupam aproximadamente 46% da área total de Roraima, ou seja, 10 milhões de hectares (ASSIS e LIMA 2014, p. 278).

Logo, a maior parte do seu território é indígena, onde são encontrados mais de 30 povos étnicos, entre eles: Taurepang, Ingarikó, Wai-Wai, Yekuana, Macuxi, Wapixana, Waimiri-Atroari, Patamona.

Assim, considerando-se esse contexto territorial singular e os grupos humanos existentes em Roraima deve-se pensar em atividades econômicas que sejam parte de um modelo de desenvolvimento econômico diferenciado, e o turismo pode contribuir para esse tipo de desenvolvimento do Estado, particularmente por ser constituído de significativo percentual de Terras Indígenas (ASSIS e LIMA, 2014, p. 279).

Ainda que o turismo em áreas indígenas seja um embrião, algumas comunidades indígenas já adotaram o turismo como uma fonte de renda alternativa, e trabalham em cima das possibilidades de consolidar cada vez mais a prática do turismo nessas regiões, com iniciativas da própria comunidade, em parceria com órgão do governo no trabalho de capacitação e treinamento dos habitantes locais. No entanto existem outras comunidades com potencial para o turismo, a prática ainda é insipiente, tímida, e feita de forma exploratória, onde a comunidade não é beneficiada com a presença de turistas na sua região, justamente por não ser feita de forma correta, no caso onde a comunidade participe na tomada de decisão.

A comunidade em questão a ser pesquisada, é a comunidade indígena Nova Esperança,

A Comunidade Nova Esperança se instalou, em 1996, numa área onde viviam cerca de dez agricultores que fizeram grandes desmatamentos para trabalhar a pecuária extensiva. Com a saída dos mesmos, a comunidade herdou uma quantidade de área sem mata nativa, os leitos de igarapés com alto grau de ações antrópicas e poucas caças. As famílias que residem na Comunidade Nova Esperança são formadas por três etnias: Taurepang, Wapixana e Macuxi. São os povos com maior tempo de contato com a sociedade envolvente. Seus principais traços culturais sofreram profundas mudanças, na língua, na construção de suas habitações, hábitos alimentares, etc (BRANDÃO, BARBIERI, REYES JUNIOR 2013, p. 7).

O turismo é vivenciado pela comunidade há mais de 10 anos, as lideranças indígenas da comunidade decidiram buscar parcerias, para que de fato as expectativas criadas mediante a prática do turismo fossem realizadas e se consolidasse como uma nova fonte de renda para os habitantes,

Assim, foi criada a ONG PRONESP – Programa de Desenvolvimento Sustentável de Nova Esperança. Ao realizar, por meio da ONG, um diagnóstico da comunidade, verificou-se vários aspectos positivos como a boa localização, o fato de a comunidade não apresentar vícios de paternalismo, potencial para o ecoturismo, lagos perenes que poderiam ser adaptados para a criação de peixes, dentre outros. A comunidade decidiu investir no turismo, e no primeiro trimestre de 2001 participou de uma oficina de sensibilização realizada por consultor do PROECOTUR - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, do Ministério do Meio Ambiente. Posteriormente, participou do 7º edital do PPP- Programa de Pequenos Projetos. O programa é financiado pelo *Small Grants Programme* (SGP), vinculado ao Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF) da Organização das Nações Unidas. O PRONESP teve aprovado um projeto para realizar a capacitação dos moradores da comunidade, de forma que os mesmos tivessem preparados para receber os turistas (BRANDÃO, BARBIERI, REYES JUNIOR 2013, p. 7-8).

A comunidade é uma das pioneiras na prática do ecoturismo indígena, embora o arrecadamento financeiro do turismo praticado ainda é incipiente, não beneficia toda a comunidade, embora já estejam no ramo há 10anos. Na comunidade há escola, atenção básica de saúde coordenada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), e dois principais atrativos turísticos: A Trilha Ecológica do Coatá e a Cachoeira da Onça (MELO, 2012). O Tuxaua responsável pela tomada de decisões na comunidade é da etnia Wapixana, a forma como as questões são tratadas, principalmente no que diz respeito ao turismo, são feitas de forma participativa, atualmente a preocupação gira em torno da melhoria das condições de infraestrutura oferecidas ao visitante, logo questões como construção de pousadas, restaurante, vem tomando seu devido destaque nas prioridades da comunidade.

A comunidade quando resolveu investir no turismo procurou capacitar-se para atender as necessidades e demandas do setor no qual estreavam. Com essas investidas e iniciativas, a comunidade teve condições de caminhar de maneira mais independente como autoempreendedores e gestores do turismo em suas terras, tornando-se também os pioneiros na região norte, como já mencionado, na prática do ecoturismo de forma mais sistematizada e organizada em termos comunitários. Além do interesse coletivo e a busca por capacitação e recursos financeiros, o próprio conjunto de recursos naturais e atrativos nas Terra Indígena São Marcos, uma região de serras e de considerável área de mata contribuíram para tornar o lugar um destino de forte apelo turístico.

Além disso, a região possui pinturas rupestres, que per se é um atrativo inquestionável, e que já despertaram o interesse de pesquisadores de diferentes lugares do mundo; pesquisadores que conscientes de um legado histórico-cultural foram os primeiros a visitar a trilha, dando a devida importância ao modo de vida da Comunidade Nova Esperança, e especial atenção para os elementos que mantêm viva as tradições e crenças de seus antepassados.

Esta breve apresentação do contexto da região, dos grupos humanos indígenas e do reconhecido valor paisagístico e cultural do destino, evidencia a relevância desta investigação e suas várias contribuições para a literatura no tema, centrando-se na identificação dos principais aspectos materiais e imateriais formadores de um patrimônio cultural de grande apelo turístico. Assim, os objetivos principais dessa pesquisa são:

## **Objetivo Geral**

Identificar os principais elementos constituintes do patrimônio cultural, tais como os bens materiais e imateriais que fazem parte do contexto, das rotinas, e da prática ecoturística indígena da Comunidade Nova Esperança.

## **Objetivos Específicos**

- 1. Analisar a manifestação dos elementos culturais na comunidade indígena Nova Esperança como produto tangível para o turismo.**
- 2. Registrar as principais atividades turísticas, bem como a estrutura ou equipamentos existentes que faz parte do (eco)turismo indígena da comunidade;**
- 3. Por meio de observação participante, permanecer na comunidade e realizar as etapas das trilhas com guiamento local, a fim de se obter informações e vivências sobre a interação ‘local’ e ‘visitante’;**
- 4. Registrar os aspectos singulares e peculiares do turismo indígena em Nova Esperança com o propósito de saber o que o diferenciado (eco)turismo não-indígena comumente praticado por outros tipos de atores do setor turístico.**

Levando-se em conta essa diversidade de fatores que contribuem para fortalecer o turismo nessa região, a pergunta-pesquisa norteadora desta investigação temática é:

**-Como os bens materiais e imateriais, que são patrimônio cultural da comunidade indígena, são apresentados, vivenciados, e valorizados por meio da prática do ecoturismo local?**

## **1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Partindo do princípio de que nenhuma pesquisa se inicia do nada, todas as informações necessárias sobre o tema devem ser relatadas no trabalho, uma vez que esse levantamento bibliográfico serve de embasamento para a pesquisa, propondo comparações entre os estudos lidos. Logo é partir da teoria que especificamos o objeto de estudo, direcionamos as hipóteses e escolhemos os métodos mais propícios para a pesquisa.

É na seção “Marcos Teóricos” do projeto que se analisa a situação atual do conhecimento mediante a revisão da literatura existente, buscando-se pesquisas similares sobre o tema, conceitos, explicações e modelos teóricos existentes com objetivo de situar o estudo no contexto geral do conhecimento (DENCKER 1998, p. 5).

## 2.1 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS

O turismo ao longo dos anos vem crescendo como importante fator de desenvolvimento econômico e social para os países de maneira geral se fortalece na premissa de ser uma válvula de escape para a economia, aumentando índices de empregabilidade, movimentando a economia, o conceito de turismo é complexo e não se restringe a tão somente o deslocamento de pessoas, logo:

O turismo pode ser analisado por diferentes ângulos. De um lado, fazer turismo é o que os turistas fazem: viajar por prazer. De outro, o turismo é a atividade resultante da interação do turista com uma série de prestadores de serviços diretos e indiretos, os quais possibilitam ao turista cumprir seus objetivos, dentro e fora dos equipamentos destinados a esse fim (BARRETO, 2003, p. 15).

Diante das necessidades que foram surgindo ao longo dos tempos, as vertentes do turismo chamado alternativo, foram se consolidando, e tomando um lugar importante na economia mundial, o turismo praticado em áreas naturais ganhou diversas modalidades, devido,

[ ] a saturação de vários roteiros turísticos de massa e como novo modelo global de desenvolvimento sustentável como um todo, o turismo de sol e praia vem perdendo mercado, uma vez que surge o turismo alternativo, como o ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, etnoturismo entre outros (CAVALCANTE, 2012, p. 2).

A busca por novas experiências impulsionou o mercado do turismo alternativo, os turistas se tornaram cada vez mais exigente, no que diz respeito a preocupação com meio ambiente, logo as atividades realizadas em espaços naturais demandam cada vez mais de planejamento, gestão participativa, envolvimento da comunidade local durante todo processo de implementação da atividade turística na localidade, na tentativa de minimizar os impactos negativos.

O turismo é um item entre muitos outros que propicia uma interação com a cultura no destino receptor do turista, e dessa interação surgem vivências e experiências únicas, e um conhecer o outro, pois como relata Burns (2002), “não existe algo como cultura ‘pura’ ou ‘intocada’” (p. 86). Sob o prisma da história, observa-se que não existe ‘cultura estanque’, mas culturas evolventes, e o turismo facilita essa interação de culturas.

As motivações para fazer turismo dependem do sujeito da ação e da sociedade em que ele está inserido. Há consenso na atualidade que “a experiência turística é consumida em função do conhecimento prévio, das expectativas, fantasias e mitologias geradas no lugar de origem do turista” (CRAICK apud BARRETTO, p. 22).

O avanço mais patente e inegável no setor turístico ao longo das últimas décadas - concomitantemente aos avanços tecnológicos, de comunicação, e de transporte, inclusive com seu relativo barateamento, e ao direito adquirido de tempo livre para desfrutar o tempo ócio - para ser praticado na atualidade por indivíduos de várias classes sociais, vários perfis e formação educacional. Observa-se, portanto, a popularização do turismo que deixa de ser um

bem de consumo de elites, de grupos abastados, e passa a ser um bem acessível a uma classe trabalhadora.

O turismo da contemporaneidade se diferencia do ‘turismo de outrora’, pois está cada vez mais engajado em causas ambientais, pois um número significativo de modalidades turísticas em áreas naturais cresce e é de extrema relevância que seja feito o planejamento de forma adequada, visando sempre o bem estar social dos atores envolvidos no projeto, principalmente os moradores locais, empregando a importância da preservação e conservação dos atrativos naturais, para que o turismo aconteça de forma sustentável.

Atualmente, a qualidade de uma destinação turística vem sendo avaliada com base na originalidade de suas atrações ambientais e no bem-estar que elas proporcionam aos visitantes. O *marketing* ambiental passa, assim, a constituir uma importante arma para os responsáveis pela oferta turística das localidades receptoras (RUSCHMANN, 2007, p. 16).

## 2.2 TURISMO DE BASE LOCAL

O turismo pode ser uma importante fonte de renda para as comunidades que aderem a prática, gerando divisas, aumentando a possibilidade de novos empregos, e melhorar a qualidade de vida dos habitantes locais. Na tentativa de minimizar ou reverter os aspectos negativos da atividade, é necessário que o planejamento seja feito de forma participativa, onde a comunidade participe na tomada de decisões, formular ações alternativas no período de baixa sazonalidade, o que de fato é extremamente corriqueiro no turismo a decadência dos atrativos mediante a falta de planejamento. Desse modo, surge a necessidade da implementação de projetos que valorizem a identidade cultural das comunidades, e promovam o desenvolvimento social de maneira sustentável, justamente por ocorrer de,

A prioridade da dimensão estritamente mercadológica, em detrimento dos princípios da sustentabilidade social, cultural, ambiental, provoca a desestruturação da cultura local, eleva os índices de vazamento de renda, descaracteriza ambientes naturais, estimula a especulação imobiliária e exclusão territorial de residentes. (...)

Na tentativa de maximizar os impactos positivos do turismo nas comunidades, um novo modelo de gestão participativa foi surgindo como alternativa para desenvolvimento local, principalmente em comunidades com um forte potencial turístico, nesta perspectiva foi associado uma rede de cooperação, visando o desenvolvimento local de forma igualitária, diante desse contexto surge o turismo de base comunitária.

Esse fenômeno turístico da sociedade contemporânea mostra as opiniões dos habitantes locais quanto a prática que se sucede em sua comunidade, o interesse em participar de toda a elaboração e implantação do projeto turístico faz com que aquela visão, por parte, preconceituosa de que todo o “nativo” é passivo a mudanças, desapareça, dando lugar ao habitante da comunidade receptora completamente ativo na tomada de decisões.

O Ministério do Turismo subsidia o fortalecimento do turismo nacional através do plano de desenvolvimento, dos programas de desenvolvimento regional, que envolvem os municípios, também acompanha a promoção do apoio técnico e institucional e financeiro necessário para o fortalecimento da execução e participação dos estados e dos municípios envolvidos no

programa de desenvolvimento regional. Logo, pode-se afirmar que há uma nova roupagem, uma nova configuração e preocupação institucional e dos gestores, em relação à promoção e fortalecimento do setor turístico, como assinalado por Bartholo (2009),

Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) que apóia projetos para a estruturação e o desenvolvimento da atividade turística em bases sustentáveis como forma de gerar benefícios econômicos e sociais para a população, com a implantação de infraestrutura necessária para o desenvolvimento do turismo, fortalecimento institucional, qualificação em ocupações básicas e empresarial promoção, entre outras ações (p. 9).

Para se entrar na questão sobre o desenvolvimento sustentável que o turismo de base local prega em sua premissa básica, é importante que se tenha uma base sobre desenvolvimento, e mais a seguir o etnodesenvolvimento, que será um tema bastante abordado no decorrer da presente pesquisa, o conceito de desenvolvimento abrange várias esferas, ressaltando a idéia de que ele não é estritamente econômico, mas tem todo um viés social, que implica na melhoria da qualidade de vida, e da distribuição equitativa dos bens e justiça social, o desenvolvimento deve prover os efeitos positivos entre os organismos sociais e econômicos, logo toda essa ação deve agir de forma sinérgica, onde todos alcancem o desenvolvimento de maneira sustentável.

A principal tendência para o desenvolvimento do turismo em determinadas regiões é o fator que leva a conservação e preservação do ambiente natural, a prática deve ser mantida de forma sustentável para que sua durabilidade se estenda por um tempo maior.

A troca de experiências, o contato direto do visitante com a comunidade local, a participação direta da comunidade na tomada de decisões faz com que o turismo de base comunitária seja um forte indicador de desenvolvimento socioeconômico, pois ele não é apenas uma atividade produtiva, mas também procura ressaltar o papel fundamental da ética e da cooperação nas relações sociais, oferecendo as mais variadas formas de inserção e opções de vivências para os turistas.

No caso do turismo comunitário reconhecer suas particularidades é primordial para a prática, bem como ter noções do seu potencial turístico, e para a apropriação comunitária do turismo aconteça deve partir de um projeto multissetorial, capaz de criar vínculos com outros setores da economia local tradicional.

Como afirma Coriolano (2005), compreender as formas de inclusão e exclusão, e as relações de poder estabelecidas na construção dos espaços turísticos (território construído), implica compreender o próprio espaço como um construtor social que expressa as contradições inerentes à produção da mercadoria.

Segundo Araújo e Gelbcke (2008), os princípios do enfoque de Turismo Comunitário centram-se na preservação, valorização e indução de tradições e relações sociais solidárias, na geração de trabalho e renda com base na produção associativista, no revigoramento do significado de virtude humana e, por último, na utilização apropriada dos recursos naturais e das capacidades humanas locais.

### 2.3 ETNOTURISMO

Beni (2001, p. 245) destaca que o turismo étnico, histórico e cultural é o deslocamento de pessoas a procura de um legado, mas também é executado por aqueles que quer conhecer *in loco* outros povos diferentes, que constituem o interesse de sua observação.

A cultura é um fator singular em qualquer lugar no mundo, no ramo turístico a cultura pode ser um produto turístico intangível, onde você pode vivenciar novas experiências, cotidianos atípicos, entre outras características que singularizam esse segmento, para nomear essa nova oferta de turismo para visitante com perfil diferente dos praticantes do turismo de massa, assim surgiu um novo modelo de turismo denominado Etnoturismo.

O turismo étnico é inspirado na diversidade étnica dos povos com suas identidades específicas, sendo desenvolvido não exclusivamente por eles, fato que justificaria em parte, o caráter mais comercial da atividade (MARINS E COUTINHO 2007, p. 3).

Brasil (2010) afirma que:

Esse tipo de turismo envolve as comunidades representativas dos processos imigratórios europeus e asiáticos, as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores norteadores de seu modo de vida, saberes e fazeres.

O etnoturismo é um segmento relativamente novo e as definições sobre o tema se confundem, uma vez que ecoturismo, sustentabilidade e turismo cultural são atividades inseridas dentro da prática de turismo, que acontecem em áreas ou comunidades indígenas.

Independente da confusão dos termos, essa atividade consiste no aproveitamento da cultura de determinada etnia, de modo que todas as manifestações culturais de um povo passam a ser um atrativo para os visitantes (NOGUEIRA, E.M.N. et al 2013, p. 125).

O Etnoturismo é um importante vetor de desenvolvimento econômico e social nas comunidades, uma vez trabalhado de forma conjunta com os habitantes locais, o turismo em áreas indígenas pode ser uma alternativa a mais para o aumento da fonte de renda. O ecoturismo é a modalidade mais adequada a ser desenvolvida em terras indígenas, tendo em vista o planejamento e a gestão participativa e comunitária dos grupos ou comunidade indígena envolvida, que promova a interação entre natureza e comunidade com vistas a uma utilização sustentável e conservacionista do patrimônio natural e cultural indígena proporcionando melhoria na qualidade de vida dessas comunidades sem causar impactos negativos a sua territorialidade. ( FARIA, 2005, apud MARTINS e COUTINHO, 2007, p. 3).

Segundo a OMT (2002, p. 128), “o turismo étnico é voltado para as tradições e estilo de vida de um grupo e utilizado, principalmente, para destacar o turismo nas comunidades, ou enclaves específicos, em processo de desenvolvimento.”

É importante ressaltar que durante a visitação, os membros da comunidade informem sobre seus hábitos e costumes, tais como manifestações religiosas, festejos, danças, e a expectativa dos moradores locais com os visitantes, para que de certa forma a identidade cultural seja ainda mais valorizada pelos próprios habitantes, logo não desperte o sentimento de

inferioridade, contribuindo assim para um convívio pacífico durante o intercâmbio cultural que essa modalidade propicia.

Segundo Barbosa e Silva (2012, p. 4)

Existem comunidades tradicionais que vivem de forma totalmente globalizada, que mesmo resguardando alguns aspectos da cultura tradicional, ainda sim, essas comunidades tendem a viver menos as suas experiências tradicionais, [...] dessa forma, acredita-se que o etnoturismo seja uma alternativa, não só econômica, mas também de valorização da própria cultura, na medida em que a comunidade local tenderá a se preocupar com os acontecimentos, fatos históricos, culinária, artesanato, e seus mais antigos costumes.

Sendo assim, Krippendorf (2001) atenta para os impactos que o desenvolvimento do turismo pode causar nas comunidades locais, se a importância do mesmo for dada apenas ao fator econômico, atentando os riscos dessa comunidade esquecer da importância de seus costumes e tradições para se adaptarem aos gostos e exigências dos turistas em detrimento do fator econômico.

Para o Mtur (2010, p. 11), no turismo étnico deve-se considerar que:

O turista busca estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilo de vida e costumes singulares. Muitas vezes, essas atividades articulam-se como uma busca pelas próprias origens do turista, em um retorno à tradições de seus antepassados.

Partilhando dessa ideia Leal (2009, p. 246) afirma que: “o turismo étnico é alimentado pelo interesse dos visitantes em ter acesso à cultura e ao povo indígena, buscando conhecer seus costumes e crenças no próprio ambiente de vivência dos mesmos.”

O resgate, a valorização da cultura local, o desenvolvimento social são premissas do etnoturismo, pois ele suscita nos moradores locais um interesse em mostrar sua cultura aos visitantes, fazendo assim um produto intangível e patrimônio imaterial que venha a ser comercializado.

Brasil (2010) afirma que:

Esse tipo de turismo envolve as comunidades representativas dos processos migratórios europeus e asiáticos, as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores norteadores de seu modo de vida, saberes e fazeres.

Para Ruschmann (2012), é impossível desconsiderar a cultura como uma das mais importantes motivações das viagens turísticas. Entretanto, o desejo de conhecer os modos de vida de outros povos nem sempre vem acompanhado do devido respeito, da devida consciência do valor e do legítimo interesse por parte dos visitantes.

Ainda um fator importante a se destacar, segundo Nogueira et al (2013), o etnoturismo, assim como outras atividades, deve caminhar segundo as bases legais, afim de facilitar a fiscalização, garantir a preservação dos povos, assim como suas culturas e tradições, afim de resguardar o meio ambiente, visando sempre ao desenvolvimento sustentável.

E ainda segundo Nogueira, Neto e Silva (2013) para o desenvolvimento do turismo a qualificação profissional é condição fundamental para que as comunidades indígenas possam assumir a gestão do etnoturismo, integrando-as à vida comunitária, de maneira a responderem às suas demandas e dos projetos futuros.

## 2.4 ECOTURISMO

O conceito de ecoturismo surgiu da necessidade e preocupação da sociedade, em preservar os ambientes naturais que eram explorados de forma maciça, e não sustentável. Várias discussões foram surgindo para tratar de maneira prática este impasse.

O relatório de Bruntland em 1987, que teve como finalidades fazer um balanço do desenvolvimento econômico em nível mundial, destacar as principais consequências sócio-ambientais desse modelo de desenvolvimento, e propor estratégias ambientais de longo prazo visando um desenvolvimento sustentável (CAMPOS, 2005 apud CMMAD, 1991). Para Molina o ecoturismo autêntico, “não é um produto a mais no mercado [...] sim [...] um turismo de nova geração, regido por um conjunto de condições que superam a prática do turismo convencional de massas” (2001, p. 160).

O Ecoturismo é o turismo praticado em ambientes naturais, ele se difere de outras atividades que acontecem em áreas naturais por seu viés educacional e preservacionista, pois os praticantes do ecoturismo, denominados “ecoturistas” demonstram uma preocupação com a conservação e preservação desses lugares, o contato com a cultura local também é outro fator relevante a se destacar.

Lindberg e Howkins (2005) corroboram essa visão ao afirmar que o ecoturismo é mais que uma pequena elite de amantes da natureza. É, na verdade, um amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social. Os autores ainda firmam que ecoturismo “é satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar potencial turístico visando à conservação e o desenvolvimento, é evitar o impacto negativo, sobre a ecologia, a cultura e a estética” (1999, p. 18).

Para Campos (2005, p. 3), “o ecoturismo é uma nova concepção de turismo que supera as práticas convencionais”. Ainda segundo o autor, esta modalidade de turismo é nova, pois acrescenta características de conservação do meio ambiente, e de cunho educacional, na medida em que o visitante tem respeito pelo espaço visitado.

O ecoturismo proporciona diferentes olhares sobre o convívio com a natureza de maneira harmoniosa, pois ele provoca o desejo de estar em contato com a natureza, o desejo de explorar de maneira sustentável, respeitando os limites de cada localidade, visando a

conservação e o desenvolvimento social, e ao mesmo tempo preocupando-se em minimizar os impactos negativos. O ecoturismo pode ser caracterizado também como sendo um meio para o aumento da compreensão dos valores ambientais. Isto devido à mudança do modo de como a natureza é vista pela sociedade. Para se alcançar um equilíbrio entre ser humano e natureza, é preciso verificar a sustentabilidade, a conservação e o fortalecimento da comunidade receptora de atuação do ecoturismo(CAMPOS, 2005 p. 4).

Para Dale (2005, p. 8) uma das grandes riquezas do ecoturismo consiste na gente que o promove, que o executa, que o planeja, visto que apesar da rentabilidade econômica do turismo, quando se pensa nele em termos de ambiente natural, tem se como proposta o bem estar das comunidades locais.Os traços que diferenciam esse segmento, segundo Pires (2002) é a captação de um público de origem urbana, para viagens na natureza em destinos regionais, nacionais e também no exterior.

Para Lindberg e Hawkins, o ecoturismo é um fenômeno complexo e multidisciplinar. Muitos aspectos devem ser levados em conta a fim de que ele seja um empreendimento bem-sucedido para todos os envolvidos: consumidores, administradores, povos nativos e fornecedores.

No processo de levantamento das atrações turísticas existentes na região, deve-se levar em conta a especificidade e peculiaridade ali existente, em como a própria natureza do local reagiria à implantação da infraestrutura, afim de que se torne um destino turístico, respeitando os fatores biológicos, ou arqueológicos.

Instalações físicas adequadas nas áreas naturais e em suas proximidades são fundamentais para o desenvolvimento eficaz do ecoturismo. O planejamento, o projeto e os critérios de construção utilizados devem adequar-se à finalidade de minimizar o impacto sobre o meio ambiente, fornecer certo grau de auto-suficiência funciona e contribuir para enriquecer a experiência do visitante.(LINDBERG eat HAWKINS, 2005, p. 28).

O ecoturismo é compreendido, então, como uma forma de turismo em que os elementos naturais e culturais constituem o elemento fundamental da atenção do visitante, capaz de promover o desenvolvimento sustentável, e sua consequente conservação (ASSUNÇÃO, 2003 p. 86).

## **2.5 TURISMO CULTURAL**

O meio ambiente cultural está relacionado à própria existência e desenvolvimento da vida, pois é inerente ao conjunto de relações estabelecidas pelo homem, seja dentro do seu grupo social, seja na sua interação com a natureza (AGUINAGA 2007, p. 4)

A cultura é um processo acumulativo, onde o homem recebe conhecimento e experiências de suas gerações passadas, que no decorrer dos anos serão transformadas com suas novas experiências e repassadas às gerações futuras. Assim

Cada cultura possui uma identidade cultural formada pelo conjunto dos valores e tradições dos povos, que constituem a sua maneira mais acabada de estar presente no

mundo. A identidade cultural pressupõe a liberdade dos povos, sendo a sua maior riqueza, porque é dinâmica e passa continuamente por um processo de criação. Por decorrência, todas as culturas fazem parte do patrimônio comum da humanidade, e o contato e a interação entre elas enriquecem suas tradições e seus valores, pois favorecem o ato de comunhão dos valores universais que unem os povos (ASSUNÇÃO 2003, p. 89).

O turismo cultural surgiu como uma necessidade de busca e inserção na cultura do outro, no caso especificando a relação de visitante e visitado, onde o visitante se desloca a fim de agregar conhecimentos, vivenciar experiências que não fazem parte do seu cotidiano, em contrapartida o visitado utiliza desse fator uma possível fonte de renda, onde a sustentabilidade, valorização, resgate da cultura estão intrínsecos à prática do turismo cultural.

Brasil (2010) caracteriza turismo cultural como experiências positivas do visitante com o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a favorecer a percepção de seus sentidos e contribuir para sua preservação.

A motivação que difere o turismo cultural das outras modalidades, é o puro desejo de vivenciar novas culturas, novos hábitos, se deparar com situações diferentes das situações do cotidiano, seja ela na culinária, na dança, no folclore popular de uma determinada localidade. Mas para que esse turismo se consolide é necessária uma série de estudos que aborda aspectos sociais, econômicos, ecológicos, e, principalmente, culturais.

As tendências de consumo que surgem com a facilidade que se tem de acesso às informações, sobre lugares, pessoas, comportamentos, desperta nos turistas essas diferentes abordagens, diferentes experiências,

Nos últimos anos, novos produtos turísticos culturais vêm ampliando a percepção das possibilidades de interpretação e sentidos para os bens culturais do país, antes restrita ao patrimônio edificado e a algumas festas tradicionais brasileiras. Assim, as diversas combinações da cultura e do turismo configuram o segmento de Turismo Cultural, que é marcado pela motivação do turista de se deslocar especialmente com a finalidade de vivenciar os aspectos e situações que são peculiares da nossa cultura (MELO, 2012).

É importante que se tenha discernimento, da importância do que é o turismo cultural, valorizar o patrimônio cultural existente, resgatar, e fazer com que essa modalidade de turismo aconteça de forma sustentável. Segundo Brasil (2010), o turismo cultural implica em experiências positivas do visitante com o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a favorecer a percepção de seus sentidos e para contribuição de sua preservação.

O autor destaca dois tipos importantes de turistas que são diferenciados pela sua motivação, ou seja, tem a cultura como sua motivação específica, ele se desloca somente com essa finalidade, de se aprofundar e conhecer a cultura de outros povos, agregando conhecimento e valores adquiridos naquela comunidade. Logo o outro tipo de turista tem a cultura como complemento do atrativo, acaba ocasionalmente visitando algum atrativo cultural como forma de lazer.

Ainda segundo o mesmo autor, essa diferenciação no perfil dos turistas, é importante, por exemplo, para a promoção de produtos turísticos. No caso dos turistas que viajam simplesmente por lazer, a princípio, sem interesses especiais na cultura, esses podem exigir um tipo de material diferenciado, onde o aspecto lazer deve ser diferenciado.

A mesma observação é válida em relação ao turista com interesse especial na cultura, que exige um tipo de material que ressalte as possibilidades de vivências culturais. Dados importantes apontam a motivação de milhares de turistas estrangeiros, que procuram o Brasil como destino turístico, por sua diversidade cultural (BRASIL 2010, p. 42).

## **2.6 PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL**

O conjunto de elementos que fazem do turismo cultural uma realidade, são os bens materiais e imateriais que a comunidade local possui, e que faz parte do atrativo turístico como um todo.

Brasil (2010) destaca que um detalhado inventário cultural é a base de conhecimento sobre os atrativos e o fundamento para a estrutura dos produtos de turismo cultural, onde se considera os interesses do turista, a quem se espera atrair com propostas claras de atividades e ofertas de serviços.

O patrimônio material, segundo Brasil (2010), são bens culturais móveis e imóveis, que podem ser transportados, tais como livros e obras de arte, é dividido em duas categorias:

- Bens Móveis- coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos, e cinematográficos;
- Bens Imóveis- núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos, e bens individuais.

O patrimônio cultural material é tido como um dos principais fatores para consolidação do atrativo, por possuir em seu acervo elementos como, infraestrutura básica para hospedagem, os próprios atrativos naturais da localidade, como cachoeiras, lagos, trilhas, sítios arqueológicos, o próprio espaço como um todo. O imaterial já aborda outras questões, ou melhor, outros elementos, intangíveis, como os costumes, hábitos, lendas, celebrações religiosas, todo aquele valor atribuído às manifestações culturais de um povo.

Segundo Viana e Teixeira (...)

No Brasil, a ideia de que fatos culturais intangíveis têm valor identitário e, por isso, são passíveis de política de patrimonialização já está presente nas “formulações” oficiais do Estado desde a primeira metade do século 20. O anteprojeto, de Mário de Andrade elaborado em 1936, que fornecia as bases de criação do então ISPHAN, hoje IPHAN, e da institucionalização da ideia de patrimônio histórico e artístico nacional, é um marco nesse processo. Mas houve descompasso na regulamentação e prática de políticas patrimoniais para o tangível e o intangível.

O patrimônio cultural material e imaterial está relacionado direto ao que diz respeito às heranças e mudanças históricas da sociedade, são elementos que formam a identidade de um povo.

Os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas. Desta forma podem ser considerados bens imateriais: conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; além de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais (PORTAL BRASIL, 2009).

Ainda segundo o mesmo autor, o patrimônio material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico, belas artes e artes aplicadas.

No artigo 216 da Constituição Federal trata de forma detalhada a questão do patrimônio:

*Constituem patrimônio Cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos de formação da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*

- I- *As formas de expressão;*
- II- *Os modos de criar, fazer e viver;*
- III- *As criações científicas, artísticas e tecnológicas;*
- IV- *As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico- culturais.*

É preciso reforçar, de acordo com Oliveira (2008), que os bens que configuram o patrimônio têm ao mesmo tempo um sentido prático, e simbólico. E ainda, afirma a autora, fazem a mediação entre o passado e o presente, entre material e imaterial, entre alma e corpo, que são condição e efeito de determinada modalidade de autoconsciência.

Para Assunção (2003), existe uma linha tênue e confusa entre os limites de patrimônio material e imaterial, pois segundo o autor é difícil separar aquilo que o homem cria ou constrói, do processo de saber-fazer esta criação ou construção.

O que implica em saberes que podem ter sido ensinados por gerações anteriores, que são peculiaridades de uma determinada localidade, logo tome como exemplo a produção de um produto artesanal, tudo aquilo que for usado na produção, como algo palpável, como palha, folhas, penas de aves, são os bens materiais, e a forma de como fazer esse artesanato é o imaterial, porque são técnicas que foram aprendidas com os antepassados, e foram sobrevivendo por gerações e mais gerações.

Portanto, faz-se essa ressalva sobre a importância da preservação do patrimônio imaterial:

Consiste em garantir às minorias, e às populações autóctones, a preservação de sua identidade cultural, tendo em vista a natureza efêmera do patrimônio imaterial. Uma das formas de garantir a preservação desse patrimônio é fazer com que os indivíduos

e as comunidades se unam no sentido de preservar a sua identidade em associações, ou outros tipos de organização (ASSUNÇÃO 2033, p. 88).

Essa afeição pelo patrimônio carrega consigo inúmeras consequências como afirma Tamasso (2006), Patrimônio traz benefício, dentre ele propicia a ligação entre várias gerações (dos nossos descendentes aos nossos ancestrais), cria vínculos entre os cidadãos por fazer referência aos símbolos que são representativos da coletividade, ou bens coletivos, acionando portanto o sentimento patriota, propicia o desenvolvimento econômico, ao atrair o turismo cultural, e aumenta a autoestima do grupo portador e herdeiro daquele legado.

## **2.7 SUSTENTABILIDADE, CONSERVAÇÃO, E PRESERVAÇÃO**

Quando lidamos com questões que envolvem atividades no meio natural, envolvemos também conceitos pré-formados em nosso subconsciente de fatores extremamente relevantes no que diz respeito a esse assunto, que são conceitos sobre sustentabilidade, preservação e conservação. Logo para entendê-los, é preciso compreender quais os seus respectivos papéis e de que forma inseri-los no contexto de utilização de espaços naturais, seja qual for a finalidade, tais como pesquisa, lazer, observação, entre outros.

Para Bellen (2005), uma sociedade ambiental e fisicamente sustentável, que explora o ambiente em seu nível máximo de sustentação, pode ser psicológica e culturalmente insustentável. Para o autor a sustentabilidade deve abordar as dimensões material, ambiental, social, ecológica, econômica, legal, cultural, política e psicológica.

O termo sustentabilidade é empregado em diversas áreas, e em alguns casos correndo um sério risco que seu conceito cair na banalização, por conta do uso excessivo da palavra. A preocupação com os problemas ambientais tiveram início nas décadas de 60, 70, onde importantes eventos ganharam notoriedade no cenário mundial, assim nesse contexto de discussões, o termo desenvolvimento sustentável surgiu originado da palavra ecodesenvolvimento.

Em 1987, a Assembleia Geral das Nações Unidas instituiu a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (*World Commission on Environment and Development- WCED*), composta por 21 membros, sob a presidência da primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Essa comissão conhecida como Comissão de Brundtland, colocou o desenvolvimento sustentável como tema constante em seu relatório *Nosso Futuro Comum* (HERNANDEZ 2009, P. 18).

O conceito de sustentabilidade tem gerado diversas discussões, em diversos âmbitos, pois há sempre uma ótica diferente ao analisar esse conceito, seja sob a ótica econômica, ambiental, social, geográfica, cultural. Para Bellen (2005), sustentabilidade é um conceito dinâmico que engloba um processo de mudança.

Analisando sob a ótica do turismo, a sustentabilidade é preceito de sucesso do atrativo, pois hoje os turistas que praticam o turismo em áreas naturais, são mais informados, mais iterados dos impactos que a sua visitaçao pode causar naquela localidade, sejam eles impactos

positivos e negativos, sociais, culturais e econômicos, nesse caso o desenvolvimento sustentável daquele atrativo, dos moradores locais, da rede de cooperação da qual é feita o turismo, depende de como foi formatado, tendo sempre como premissa a sustentabilidade do empreendimento, para que possa ser usufruído por várias e várias gerações.

Para Campos e Souza [et al.] existe uma preocupação com a operacionalização do conceito de sustentabilidade e de maneira geral as definições procuram integrar viabilidade econômica com prudência ecológica e justiça social, observa-se centralidade na questão ambiental. Segundo o autor, vários pesquisadores afirmam que a sustentabilidade é composta de três dimensões que se relacionam: econômica, ambiental e social.

No turismo,

A expressão Turismo Sustentável surgiu na década de 1980, sob as influências do relatório de Brundtland. Em 1995, o termo Turismo Sustentável foi reconhecido pela União Europeia e publicado no *Green Paper on Tourism*. Embora não haja uma definição totalmente aceita do conceito, há uma tendência deste em se apoiar no conceito de desenvolvimento sustentável. Desta forma o turismo sustentável vem assim sendo definido: “formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer na capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades” (SWARBROOKE apud BARTHOLO; DELAMARO; BADIN 2005, p. 211).

O que se pode observar é a clareza de opinião no que diz respeito a utilizar os atrativos de maneira sustentável, onde a preocupação do turista se estende não só para com o meio ambiente, mas também as comunidades locais, garantindo assim que gerações futuras também venham a usufruir esse legado.

### 2.7.1 Conservação

Todo e qualquer espaço relacionado ao desenvolvimento do turismo deve ser conciliado à proteção do meio ambiente, a natureza é um elemento fundamental na formatação de produtos turísticos em bases sustentáveis (TELES 2009, p. 60).

A conservação do meio ambiente onde é praticado o turismo, é de suma importância para consolidação, e a durabilidade daquele atrativo. Uma vez que os impactos negativos serão inevitáveis, a diferença está em minimizá-los, por meio da educação ambiental, da própria postura da comunidade local, e da consciência dos visitantes.

De uma forma geral, podemos destacar alguns impactos negativos:

- na necessidade de “sacrifícios” de áreas para descanso, aberturas de trilhas e acessos, construção de infraestrutura, etc.;
- no pisoteamento, na compactação, na erosão, na abertura de atalhos em trilhas.;
- na depredação da infraestrutura, das árvores e das rochas por pichações ou coleta de *souvenirs*.;
- na deposição inadequada de lixo, que interfere na alimentação da fauna e polui solo e curso d’água.;

- no distúrbio do ambiente sonoro, visual e olfativo da fauna, por barulho excesso de cores e odores estranho ao meio.;
- em incêndios (SERRANO; BRUHNS 1997, p. 112).

Para Ruschmann (1997), apesar dos esforços para seu desenvolvimento em nível mundial, principalmente em países com recursos naturais intocados, questiona-se se o ecoturismo pode realmente contribuir para a conservação dos ecossistemas das comunidades receptoras, protegendo-os, apesar da visitação e da construção de equipamentos específicos.

Lugares onde a prática do turismo se faz presente, especialmente em áreas naturais, acarretam também, além dos impactos negativos, os impactos positivos, são eles:

- Criação de áreas, programas e entidades (governamentais e não governamentais) de proteção da fauna e da flora; Como o Projeto Tamar-Tartarugas Marinhas.
- Campanhas e programas de educação ambiental para crianças, adultos, turistas, e moradores das localidades turísticas;
- Desenvolvimento do “orgulho étnico”. As comunidades receptoras passam a sentir orgulho da originalidade dos recursos naturais da sua localidade e de suas características culturais, engajam-se nas campanhas preservacionistas e fiscalizam as ações destruidoras dos visitantes, atuando como guia de passeio pelas matas (RUSCHMANN 1997, p. 62).

### **2.7.2 Preservação**

Preservar os atrativos, a memória coletiva, os patrimônios culturais, as manifestações, o meio ambiente, tudo isso é de extrema relevância não só para o turismo, como para a sociedade de uma forma geral. O processo identitário pelo qual passam todas as civilizações, só é conhecido e valorizado graças à preservação daquela memória, dos artefatos, dos monumentos, dos documentos, das manifestações, por esses e outros motivos que a preservação se faz necessária em qualquer ambiente, seja ele natural, social, histórico. Para Santos(2001), a percepção e a valorização do patrimônio cultural vão além dos limites institucionais e dependem mais de um estado de consciência, do que do sentido da visão.

Os problemas ambientais ganharam grandes proporções diante de tantas catástrofes naturais que acontecem diariamente em todo lugar no mundo, diante desses acontecimentos é que observamos o quanto devemos nos preocupar com o meio ambiente, pois este é responsável pelo equilíbrio natural da vida, preservar os recursos naturais não é uma tarefa fácil, exige empenho, gestão, participação, conscientização, formas de manejo.

Como afirma Schneider (2000), quando diz que somente através do uso de práticas de manejo, que não agridam o meio ambiente, pode se assegurar a perpetuidade da produtividade dos ecossistemas para as futuras gerações. Por isso precisamos desenvolver junto às administrações públicas, um modelo de gestão que assegure a preservação ambiental.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é formado por unidades estaduais, municipais, federais, particulares, por sua vez distribuídas em doze categorias de

manejo, onde cada uma delas se diferencia pela forma como é usada e por sua forma de proteção. Brasil (2011) aponta as seguintes categorias de unidades de conservação, são elas:

- Área de Proteção Ambiental: área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações.
- Área de Relevante Interesse Ecológico: área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana e com características naturais singulares, cujo objetivo é manter ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas. Permite a existência de propriedades privadas em seu interior.
- Floresta: área com cobertura florestal onde predominam espécies nativas, cujo principal objetivo é o uso sustentável e diversificado dos recursos florestais e a pesquisa científica.
- Reserva Extrativista: área natural com o objetivo principal de proteger os meios, a vida e a cultura de populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, ao mesmo tempo, assegurar o uso sustentável dos recursos naturais existentes.
- Reserva de Fauna: área com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, onde são incentivados estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável dos recursos faunísticos.
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável: área natural onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais.
- Reserva Particular do Patrimônio Natural: área privada criada para proteger a biodiversidade a partir de iniciativa do proprietário.
- Estação Ecológica: área destinada à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas.
- Reserva Biológica: área destinada à preservação da diversidade biológica, onde podem ser efetuadas medidas de recuperação de ecossistemas alterados e de preservação e recuperação do equilíbrio natural, da diversidade biológica e dos processos ecológicos naturais.
- Parque: área destinada à proteção dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, onde podem ser realizadas atividades de recreação, educação e interpretação ambiental, e desenvolvidas pesquisas científicas.
- Monumento Natural: área que tem como objetivo básico a preservação de lugares singulares, raros e de grande beleza cênica. Permite a existência de propriedades privadas em seu interior.

- Refúgio de Vida Silvestre: ambiente natural onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Permite a existência de propriedades privadas em seu interior.

## 2.8 TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS

A investigação científica a cerca do turismo indígena, teve sua origem na década de 1970, a partir de trabalhos de campo em antropologia. (BRANDÃO, JOÃO, BARBIERI, 2013, p. 5). As reservas indígenas muito embora não sejam consideradas de fato Unidades de conservação, são responsáveis em grande parte, da preservação e conservação dos recursos naturais em suas terras. Por usarem de forma sustentáveis os recursos, uma vez que deles são tirados o sustento da maioria das populações indígenas. Ressaltando sempre a importância dos povos indígenas na conservação do ecossistema.

Após a Constituição de 1988, o termo ‘Reserva Indígena’ foi substituída por ‘Terra Indígena’, pois muitas lideranças indígenas e indigenistas consideravam ‘Reserva’ como sendo ‘pejorativa’ e conotavam a noção de isolamento, ou necessidade de ser ‘colocado à parte’; havia uma relativa rechaço ao termo Reserva.

Já o termo ‘Território Indígena’ também era motivo de críticas e controvérsias, em particular, por altas patentes do setor militar do Brasil, pois ‘território’ poderia conotar a ideia de ‘área autônoma’, independente. Até a Constituição de 1988, o Brasil possuía dois territórios federais: Roraima e Amapá, que foram abolidos e transformados em Estados. Enfim, as áreas indígenas recaem dentro de um contexto jurídico socioambiental bem específico, pois são ‘terras’ que possuem uma serie de restrições e condições de uso, de produção, de exploração, etc.

O turismo em terras indígenas surge através da necessidade de melhoria na qualidade de vida nos habitantes locais, como resgate e valorização da cultura indígena, como um progresso para as comunidades receptoras.

Segundo Barreto (2007) o que caracteriza o turismo em terras indígenas é que, por meio dele, se oferecem diferentes graus de integração com a experiência cultural aos diferentes tipos de turistas, e que a cultura indígena não está restrita a mostra de artes e artesanato, mas inclui a gestão.

O turismo pode ser muitas vezes uma alternativa econômica viável para as comunidades, juntamente com seu poder de valorização e preservação dos recursos naturais e culturais. O respeito e cuidado em relação aos valores socioculturais, e o grau de envolvimento com a sociedade envolvente devem ser observados e ressaltados no planejamento dessa modalidade turística de modo a não permitir a descaracterização da cultura dos povos indígenas (MARTINS E COUTINHO 2007, p. 2).

Planejamento e gestão participativa de modo que venha a envolver toda a comunidade no processo de implantação do turismo na comunidade, é de suma importância, uma vez mal feito o planejamento dessa modalidade turística, os impactos negativos podem ser desastrosos, e acarretando uma série de danos para os habitantes locais.

Existem algumas questões que valem ser ressaltadas, como esclarece Martins e Coutinho(2007), existem alguns povos indígenas que não querem essa atividade dentro de suas terras, mas sim divulgar suas culturas como valorização da identidade e algum ganho econômico, porém sem mercantilizá-la, fora da terra indígena.

De acordo com Faria (apud MARTINS E COUTINHO, 2007) o ecoturismo é a modalidade turística mais adequada a ser desenvolvida nas terras indígenas, tendo em vista o planejamento e gestão participativa e comunitária dos grupos ou comunidades indígenas envolvida, que promova a interação entre natureza e comunidade com vistas a uma utilização sustentável e conservacionista do patrimônio natural e cultural indígena proporcionando melhoria na qualidade de vida dessas comunidades, sem causar impactos negativos a sua territorialidade (p. 3).

Os turistas que desejam entrar em Terras Indígenas (TIs), a cada dia que passa tem maior interesse em conhecer o universo de outra etnia. Essa busca pelo 'outro', no caso o indígena e sua cultura, faz com que ocorram viagens ao interior das Terras Indígenas, essa busca os fascina, pois também é a busca de si próprio, quem sabe a busca de um elo perdido, já que, segundo um adágio popular "somos todos um pouco caipiras, porque em meio aos nossos ancestrais sempre tem um que tirou seu sustento da terra" (HELD 2013, p. 68-69).

É importante destacar que a atividade turística deve ser considerada uma das opções de fonte de renda, ou seja, não pode ser a única fonte de renda da comunidade, pois no turismo existem os períodos de sazonalidade, onde em determinadas épocas o turismo pode ser potencializado, com um número maior de visitação, e em outros momentos a procura de ser muito baixa.

Para Leal (2007),

A autenticidade é a mola propulsora da visitação turística, sendo essa um mecanismo de manipulação dessas populações, a partir da utilização de símbolos que conferem ao grupo distinção, tradição e prestígio diante dos fluxos turísticos. Por isso os sinais diacríticos são fundamentais na arena turística, principalmente porque são a partir desses elementos que as etnias demarcam seus elementos identitários (p. 22).

Segundo o mesmo autor, o que não se deve em hipótese alguma, é subestimar a capacidade indígena em planejar, empreender e conduzir o desenvolvimento turístico em seu território. O turismo indígena pode ter seu conceito associado a várias outras tipologias de turismo, como do turismo cultural, por se tratar de uma modalidade em que a cultura é o grande diferencial, pode estar associado ao etnoturismo, considerando etnia a coletividade de indivíduos que se diferenciam por sua especificidade, pode também ser associado ao ecoturismo, por ser praticado em ambientes naturais, onde a conservação e preservação do ambiente é um fator primordial para a prática do turismo.

O turismo realizado em áreas indígenas é, portanto, uma atividade turística não convencional, realizada preferencialmente em áreas naturais, onde se pode apreciar não só a paisagem local, mas também as manifestações culturais, já que cada uma das etnias possui uma especificidade sociocultural (BRITO 2009, p. 27).

Para a autora, o contato entre culturas deve existir sempre, pois isto possibilita a troca de informação e estimula o respeito pelo outro, porém não se deve deixar o contato prevalecer em função da provável superioridade de um, neste caso o não-índio, e da submissão do outro, o indígena.

Acredita-se que a qualificação profissional pode atender as particularidades dos povos indígenas e propiciar conhecimentos específicos da atividade turística a partir da valorização do patrimônio material e imaterial, natureza e saberes tradicionais, contribuindo para a reafirmação de suas identidades e pertencimento étnico. Além disso pode promover a própria atuação nas comunidades das quais são provenientes, o que por certo, em muito contribuirá para a melhoria de qualidade de vida das populações envolvidas (NOGUEIRA, NETO, E SILVA 2013, p. 427)

### **2.8.1 Turismo Indígena no Brasil: O PNGATI como Marco Regulatório**

O PNGATI foi um decreto presidencial, que veio de encontro aos anseios das comunidades indígenas, quanto a sua autonomia em seu território, o uso sustentável dos recursos naturais existentes, a inclusão social. Foi uma iniciativa que reconhece o papel das terras indígenas na conservação da biodiversidade brasileira, a política foi criada para a proteção integrada, recuperação, conservação e fomento ao uso sustentável das terras indígenas, surgiram para orientar e fomentar as ações governamentais e fortalecer as iniciativas indígenas, proporcionando a legitimação das ações, o protagonismo e a participação direta na avaliação das implicações sociais, políticas, econômicas e culturais.

A criação de uma política governamental que proporcionasse autonomia aos povos indígenas sobre suas terras, era uma antiga reivindicação, uma vez que eles são detentores de aproximadamente 105 milhões de hectares, o que representa 12% do território nacional, ao longo do processo que culminou com a aprovação do decreto, foram realizados uma série de eventos com a finalidade de estudar propostas, como o GTI, que corresponde ao Grupo de Trabalho Interministerial, que foi o grande responsável por conduzir o processo de construção do PNGATI, o processo teve início em 2008, reunindo os setores do Ministério do Meio Ambiente (MMA), da FUNAI, e representantes da APIB (Articulações dos Povos Indígenas do Brasil) com a finalidade de elaborar as propostas norteadoras do PNGATI (fonte: FUNAI).

Outro forte indicador que ajudou na elaboração das diretrizes do PNGATI, foi a consulta livre, informada e prévia, que se tornou um dos principais direitos conquistados pelos indígenas, por que incita a forma de diálogo entre o Estado brasileiro e os povos indígenas, pois trata-se de uma obrigação dos Estados para com os povos indígenas, antes da tomada de qualquer decisão que envolva atividades em suas terras, e principalmente de decisões podem vir a afetá-los diretamente, onde ao estarem previamente informados sobre os acontecimentos que virão, os indígenas podem participar de todo o processo de discussão, assim como avaliar

os possíveis impactos sociais, políticos, econômicos e culturais que ocorrerão em sua comunidade, podendo legitimar ou não as ações futuras.

Esses princípios da consulta subsidiaram os diálogos entre os Grupos de Trabalho Ministerial e as lideranças indígenas de todo o país, houve então uma segunda etapa, onde foram divididas 5 consultas regionais dos povos indígenas, onde seriam abordados os temas e propostas do PNGATI, com a finalidade de que os representantes discutissem e propusessem adequações ao Documento base, especificando as características peculiares de cada região que estava sendo consultada, bem como suas dificuldades nos períodos sazonais, a demanda existente, e dessa forma apresentando novas diretrizes e objetivos específicos que compreendem a peculiaridade de cada região.

Em junho de 2012 foi lançada pelo governo federal, por meio da FUNAI, a Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas, decreto nº 7747, também conhecida por sua abreviatura, PNGATI, e no Art. 4º, do decreto, encontra-se o Eixo V onde pela primeira vez, o etnoturismo e o ecoturismo são citados como atividades potenciais e ecológicas a serem praticadas em terras indígenas, rompendo dessa forma com quase duas décadas de silêncio e de omissão institucional com relação ao tema, um rompimento de paradigmas abrindo uma nova etapa com avanços rumo à regulamentação do turismo indígena no país. O PNGATI diz o seguinte:

- a) garantir aos povos indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes em terras indígenas;
- b) incentivar e fortalecer as iniciativas produtivas indígenas, com o apoio à utilização e ao desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis;
- c) promover e apoiar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais usados na cultura indígena, inclusive no artesanato para fins comerciais;
- d) apoiar a substituição de atividade não sustentáveis em terras indígenas por atividades sustentáveis;
- e) apoiar estudos de impactos socioambiental de atividades econômicas e produtivas não tradicionais e de iniciativa das comunidades indígenas;
- f) desestimular o uso de agrotóxicos em terras indígenas e monitorar o cumprimento da Lei nº 11.460 de 21 de março de 2007, que veda o cultivo de organismo geneticamente modificados em terras indígenas;
- g) apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impactos socioambientais, e a capacitação das comunidades indígenas para gestão dessas atividades.
- h) promover a sustentabilidade ambiental das iniciativas indígenas na criação de animais de médio e grande porte;
- i) promover a regulamentação e a certificação dos produtos provenientes dos povos e comunidades indígenas, com identificação da procedência étnica e territorial e da condição do produto orgânico, em conformidade com a legislação ambiental; e
- j) promover assistência técnica de qualidade, continuada e adequada às especificidades dos povos indígenas e das diferentes regiões e biomas.

### **2.8.2 Cooperativismo e Associativismo Indígena**

A situação econômica das comunidades indígenas é algo cada vez mais preocupante e pertinente, levando em conta os reflexos que a economia exerce sobre a qualidade de vida da

comunidade, procura-se adequar a peculiaridade local, no que diz respeito as práticas educacionais, alternativas de saúde, ambas vinculadas ao atendimento diferenciado levando em conta os direitos específicos de autonomia desses povos.

É nesse contexto que surgem as associações indígenas, para Coimbra:

Essas associações possuem características diversas, sendo a maioria, constituída com referência a atividades profissionais ou econômicas (professores, agentes de saúde, produtores, cooperativas), visando à criação de recursos, que possibilitem a autodeterminação e a autonomia de gestão destes grupos. A intenção é possibilitar, através da apropriação de elementos externos ao meio social indígena (no caso, a forma de organização associativa), contribuir para a autonomia e a sustentabilidade destes povos.

Schroeder (2003) afirma que a organização de um grupo indígena sempre está inter-relacionada com outras áreas de sua cultura, sendo estas em particular:

- O meio ambiente físico e biótico (ecologia cultural);
- A organização social (divisão e organização do trabalho por critérios sexuais e de parentesco por exemplo);
- A organização política (direção de atividades econômicas comunitárias, e controle de certas atividades econômicas por liderança, por exemplo);
- A cosmologia (influencia dos conhecimentos das constelações nos calendários econômicos e ciclos anuais, por exemplo);
- Religião (normas de comportamento legitimadas por mitos de origem, por exemplo).

O associativismo indígena surge da necessidade dos índios de se organizarem para que sejam preservadas e valorizadas sua cultura, identidade, e principalmente o respeito as suas diferenças. De acordo com Vedum et al (2009), o reconhecimento formal do direito à organização e à representação própria dos indígenas, expresso na Constituição de 1988, representou o impulso definitivo para o processo de auto-organização desses povos, o surgimento e a multiplicação de organizações indígenas pelo país afora e sua articulação em redes regionais, nacionais e inclusive transfronteiriças.

O fomento a atividade turística praticada nas comunidades indígenas, deve ser devidamente planejado, com assembleias onde se discutiram os bens em comum da comunidade, na presença de um líder que tem a autonomia na tomada de decisão. O cooperativismo e associativismo adicionalmente, como maneira de promover o protagonismo indígena, e apoiar o desenvolvimento a partir de projeto de futuro culturalmente informado dos indígenas, irá promover a capacitação das comunidades para o desenvolvimento e gestão de projetos, associativismo e cooperativismo, prestação e controle de contas e conhecimento dos direitos indígenas (PIRES 2012, p. 12).

É importante como afirma o Pires(2012) o enfoque na participação de cada membro associado, com contribuições mensais, organização de assembleias, o tipo de trabalho exigido de cada modalidade de diretoria e os benefícios que cada forma associativa apresenta.

### **2.8.3 Planejamento e gestão do Turismo Indígena**

O turismo como fator de desenvolvimento social e econômico dentro das comunidades indígenas, deve ser minuciosamente verificado, estudado, para que se enquadre dentro da realidade da comunidade, dependendo da pré-disposição dos moradores locais, da disponibilidade de atrativos, da demanda entre outros fatores.

O turismo é composto pelo elemento empreendedor, que capitaliza uma ideia e assume riscos calculados no uso de ferramentas administrativas, como o plano de negócios (TRINDADE e CARVALHO 2010).

O turismo possui um caráter multidisciplinar, envolve cerca de cinquenta e dois setores da economia, visão de oportunidades e, sobretudo, os resultados dos empreendedores atuando na esfera turística, que o torna favorável no alcance da sustentabilidade dos ambientes, natural e cultural (TRINDADE e CARVALHO apud ACERENZA, 2010, p. 48). No turismo indígena, o empreendedorismo deve acontecer de forma participativa, onde os gestores sejam os próprios moradores locais.

Ainda, segundo os autores Trindade e Carvalho(2010), os efeitos multiplicadores da atividade turística, evidenciam uma contribuição ao produto interno, visto que, redistribui a renda e gera divisas contribuindo nos setores da economia direta e indiretamente, o que ressalta a importância da mediação entre empreendedorismo e o turismo.

Os empreendimentos turísticos, por sua vez devem surgir de um planejamento específico, onde é de extrema importância o acompanhamento dos profissionais, considerando os seguintes aspectos: como público-alvo, produto, localização, mercado concorrente, enfatizando sempre a melhoria dos serviços ofertados.

O relacionamento do turismo com o meio ambiente tem se caracterizado por alguns aspectos peculiares e que deverão ser considerado em ações e estratégias do planejamento da atividade. Para que o desenvolvimento do turismo ocorra de forma equilibrada é necessário estabelecer critérios para a utilização dos espaços (RUSHMANN 2012, p. 123).

## **2. METODOLOGIA E MÉTODO**

A metodologia está relacionada com os objetivos e a finalidade do projeto e deve descrever todos os passos que serão dados para atingir o objetivo proposto (DENCKER 1998, p. 85).

### **3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA**

Para a melhor compreensão de como ocorre a inserção dos bens materiais e imateriais no turismo praticado na comunidade Nova Esperança, a pesquisa foi realizada de forma exploratória, quali-quantitativa, através do estudo de caso, visita *in loco*, aplicação de questionário, entrevistas semiestruturadas direcionada ao tuxaua e ao diretor técnico da

comunidade, registro fotográfico, que resultou na produção do conteúdo descritivo e estatístico para análise.

A entrevista foi dividida em duas etapas, a primeira etapa foi a primeira visita técnica aos atrativos, e a entrevista semiestruturada ao Tuxaua da comunidade, onde foram abordadas questões de ordem operacional, sobre o funcionamento das trilhas, as dificuldades em tornar a trilha um atrativo consolidado, a falta de infraestrutura, etc. A segunda etapa foi a visita a mais um atrativo da comunidade, e a entrevista com o diretor técnico responsável pelo projeto do ecoturismo na comunidade, Senhor Alfredo Silva Wapixana, irmão do Tuxaua João, formado em Letras e Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

### **3.2- AMOSTRAGEM**

A comunidade possui um total de 40 famílias, dessas 40 famílias nem todas trabalham diretamente com o turismo, logo foram aplicados 22 questionários com questões abertas e fechadas, sendo 16 abertas e cinco fechadas e direcionadas aquelas pessoas que trabalham direta ou indiretamente com o turismo, e aquelas pessoas que tem o interesse em trabalhar com o turismo.

### **3.3- PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS**

Objetivando analisar como os bens materiais e imateriais da comunidade indígena Nova Esperança fazem parte do modelo de ecoturismo praticado na região, a primeira etapa da pesquisa foi realizada no dia 14 de setembro de 2014. O percurso até a comunidade Nova Esperança foi feito através da BR 174, sentido Pacaraima, a duração da viagem ocorreu em torno de 2 horas e 30 minutos, ao chegarmos à localidade fomos recebidos pelo Tuxaua João, autoridade máxima na comunidade, logo partimos para a visita técnica aos atrativos da comunidade, e a entrevista com o Tuxaua que é o principal responsável pela parte operacional, como guiamento, e interpretação da trilha, e responsável também pelo curso de condutores aos moradores da comunidade interessados em trabalhar com o turismo.

O primeiro atrativo a ser visitado foi a Trilha da Cachoeira da Onça, que possui a entrada fora da comunidade, mas faz parte do inventário turístico do local, é de fácil acesso, porém o percurso em si não é tão fácil. Durante a trilha o Tuxaua fazia observações relevantes como a flora encontrada naquela região, a falta de zelo por parte dos membros de outras comunidades que fazem a trilha e deixam lixo por lá, a dificuldade de sinalizar a trilha, muito embora ela já faça parte do inventário turístico da comunidade, porém a sinalização, e o estudo de capacidade de carga e demanda ainda está em andamento. A trilha da Cachoeira da Onça é um trajeto no qual se pode observar diversidade da flora, o tipo de solo, borboletas de diferentes espécies, e além da cachoeira em si, que é bela e de águas cristalinas.

A entrevista com o Tuxaua João foi abordada questões sobre como funcionava o turismo na comunidade, suas perspectivas, os projetos futuros da comunidade e a visão como um todo da atividade, ficou claro a importância do turismo para o desenvolvimento econômico e principalmente social para a comunidade, em como há uma mobilização por parte dos

moradores em se qualificar, melhorar o atendimento, a infraestrutura, fortalecer a rede de cooperação, as parcerias, a construção de restaurante, de um centro de artesanato, propor novos cursos de condutores, manejo de artesanato, cursos de culinária regional, novos projetos para a comunidade, assim como fortificar o sentimento de pertencimento da comunidade e fortalecimento da cultura.

Ao observar a forma como a comunidade lida com o turismo, é bastante evidente um certo receio por parte dos moradores em interagir de fato com os visitantes, não há ainda um envolvimento como um todo da comunidade em vivenciar a relação visitante-visitado, porque o turismo na comunidade por enquanto, ainda é restrito à visita das trilhas ecológicas, a interpretação ambiental, e não a vivência de fato do cotidiano indígena, mas há planos e projetos para uma inserção social mais abrangente, só que de forma gradativa, onde requer um estudo interdisciplinar que possa apresentar maneiras de inserir mais esse aspecto social de relações interpessoais, entre os moradores locais e os visitantes na atividade turística praticada na comunidade.

A segunda etapa da pesquisa aconteceu no dia 19 de setembro de 2014, com uma segunda visita técnica aos atrativos, onde fizemos a trilha do Coatá, que é a mais importante e visitada pelos visitantes, por se tratar de uma trilha com pinturas rupestres, fauna e flora diferenciada, aves de várias espécies, um verdadeiro laboratório a céu aberto, seu trajeto é feito em 2h e 40 minutos, é uma trilha que foi aberta pela Eletrobrás até certo ponto, e então a comunidade reaproveitou minimizando os impactos ambientais, e potencializou o que a trilha tem de melhor que são as pinturas rupestres, a observação de aves, que inclusive existe um projeto em andamento para a construção de uma torre em lugar estratégico que será utilizada para observações de aves, uma vez que existe um enorme potencial para essa modalidade de turismo, e a torre fica dentro da trilha, o que enriquece e consolida ainda mais esse atrativo.

A trilha do Coatá leva esse nome devido a grande quantidade de macacos Coatá nessa região, e durante a trilha eles podem ser observados em determinado ponto, o ponto forte da trilha são as pinturas rupestres, que atraem muitos pesquisadores não só do Brasil, mas também do exterior, como afirmou o Tuxaua João, já foram pesquisadores japoneses, americanos, noruegueses, e todos se encantaram com o que foi visto nessa trilha, são pinturas que ainda não conseguiram datar de quando foram feitas, mas existe a explicação do Tuxaua, que envolve características regionais, lendas que são parte do patrimônio imaterial da comunidade, onde o herói característico do Estado Macunaima é o responsável pelas pinturas rupestres.

Macunaima era um índio Macuxi que nasceu do encontro do sol com a lua, ele era um índio forte e guerreiro guardião de uma árvore no qual chamava de “árvore de todos os frutos”, só ele tinha permissão para pegar os frutos e repartir de forma igualitária, porém a ambição e a inveja tomaram conta de alguns membros da tribo, e eles subiram na árvore, pegaram vários frutos e quebraram vários galhos para plantarem, despertando a ira de Macunaima, a árvore de todos os frutos morreu, e Macunaima lançou fogo em toda a floresta, e transformou as árvores em pedras, a tribo entrou em caos e resolveu fugir.

Conta-se que até hoje Macunaima vive no Monte Roraima a chorar pela morte da árvore de todos os frutos (fonte <http://noticiasderoraima.blogspot.com.br>). As pedras onde se encontram as pinturas rupestres foram chamadas de Macunaima I, Macunaima II e Macunaima III (foto anexo), onde elas representam o caminho que Macunaima percorreu deixando um rastro de informações por onde passou, no qual falava sobre as águas, o sol, o vento, que é chamado de Cruviana, outra lenda regional que fala da deusa do vento que seduz os forasteiros e os deixa completamente apaixonados, há ainda a pintura de um homem, que a comunidade acredita ser o próprio desenho de Macunaima.

A trilha do Coatá abriga também árvores gigantescas, e uma em especial que é chamada de “toca do curupira” (foto anexo), ela possui uma entrada em seu tronco que é parecida com uma toca, onde uma pessoa consegue ficar em pé dentro dela, o Curupira é outra lenda importante que faz parte do patrimônio imaterial da comunidade, e está inserida na trilha, ela fala de um guardião da floresta que tem os pés virados para trás, que confunde os caçadores, tem o cabelo cor de fogo, e protege os animais.

Após a trilha, a segunda entrevista foi realizada dessa vez com o diretor técnico da comunidade, Senhor Alfredo Wapixana, irmão do Tuxaua João, ele é o grande responsável pelo levantamento etnoambiental que foi feito na comunidade em 2000, que por sua vez deu origem ao PDC, Plano de Desenvolvimento Comunitário, por meio desse levantamento foi possível conhecer os potenciais existentes, os recursos naturais, os pontos fortes e fracos da comunidade.

O Plano de Desenvolvimento Comunitário tem um prazo estipulado de 2014- 2020, onde nesse espaço de tempo serão implantados grupos de estudos interdisciplinares que abordarão vários pontos específicos da comunidade, fazendo um mapeamento da região, tendo ciência de onde e qual área potencializar, como a comunidade será inserida nesse processo, o cuidado com as perspectivas da comunidade, a preocupação com o bem-estar e etc.

Outros aspectos de extrema relevância foram abordados, como a falta de infraestrutura que não possibilita, pelo menos por enquanto, a consolidação do turismo na comunidade, mas existe no mapa do PDC (plano de desenvolvimento comunitário) uma infraestrutura pensada estrategicamente, onde ressalta os lugares privilegiados da comunidade, onde serão construídos o restaurante, as pousadas, os locais para a prática de esporte. Ele chama atenção para uma questão bastante corriqueira que acontece nas comunidades do entorno, o que de certa forma acaba influenciando em alguns aspectos da própria comunidade, como a falta de consenso entre as comunidades, onde eles, da comunidade Nova Esperança, foram acusados de desmatamento, de degradação ao meio ambiente etc., justamente por não haver esse diálogo que facilitaria a compreensão do processo turístico que acontece na comunidade, a troca de Tuxauas, que são as lideranças das comunidades indígenas, também dificulta o trabalho por que não são capacitados, e não dão continuidade aos projetos iniciado pelo Tuxaua anterior.

A preocupação com o bem estar da comunidade ao longo do processo vai muito além de entender como funciona o turismo, agregam questões que envolvem o progresso, a falta de planejamento e como esses fatores influenciam a forma de vida que as comunidades levam em seu cotidiano, como lidam com a rapidez de informações que na maioria das vezes são impostas sem o devido planejamento, e acaba afetando negativamente a comunidade, que não estava preparada para receber esse quantitativo de informação de forma aleatória, por se tratar de um caso onde existem outras demandas prioritárias, o progresso é necessário, mas no momento certo, reconsiderando as mudanças nos aspectos sociais dos moradores locais.

Por fim ele ressaltou a importância de preservar a comunidade e explicou o porquê de não priorizar a publicidade e divulgação da trilha, para não assustar a comunidade de forma negativa com a presença maciça dos turistas, uma vez que o ponto forte da comunidade é o ecoturismo, resumido à visitação das trilhas e a interpretação ambiental, e não o etnoturismo, que é uma modalidade de turismo mais centrado nas relações interpessoais e compartilhamento de conhecimentos tradicionais da comunidade com os visitantes, logo o processo para inserir a vivência da comunidade no modelo de turismo atual deve ser feito de forma gradativa, na tentativa de minimizar os impactos sociais.

### 3. ANÁLISE DE DADOS

Os questionários foram aplicados de forma intencional aquelas pessoas que trabalham com o turismo direta ou indiretamente, com 21 questões abertas e fechadas, sendo 16 abertas e 5 fechadas.

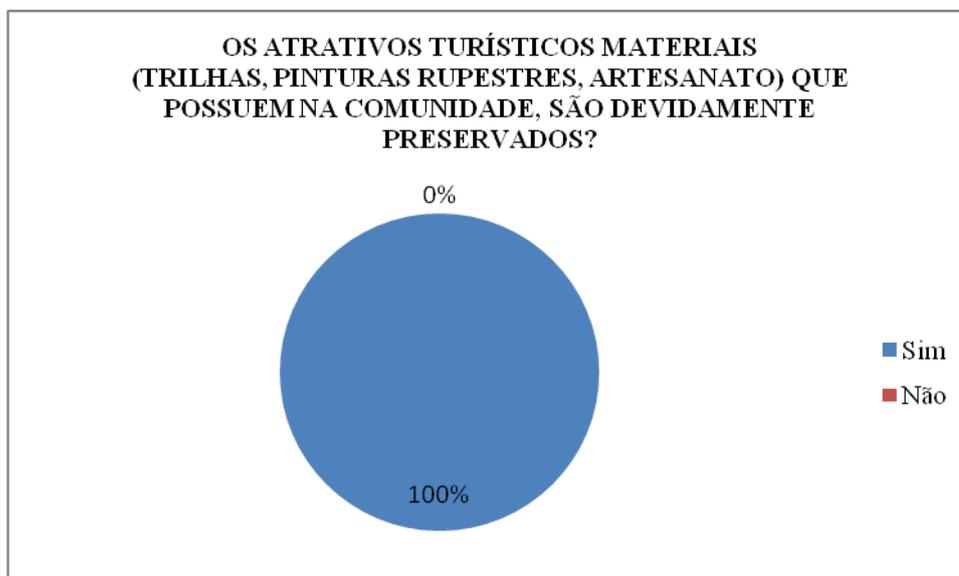
**Gráfico 1.0**



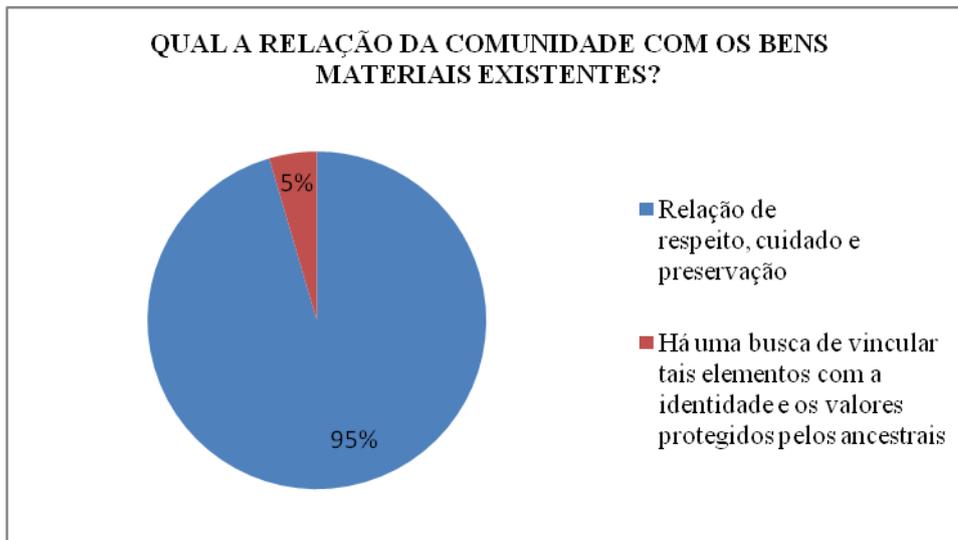
As respostas do gráfico 1.0 são incisivas quanto à importância do turismo para a cultura regional, como uma atividade que preserva, resgata e valoriza a cultura, logo foi unanime a resposta afirmando que o turismo é uma atividade extremamente importante no âmbito social onde está inserida.

**Gráfico 2.0**

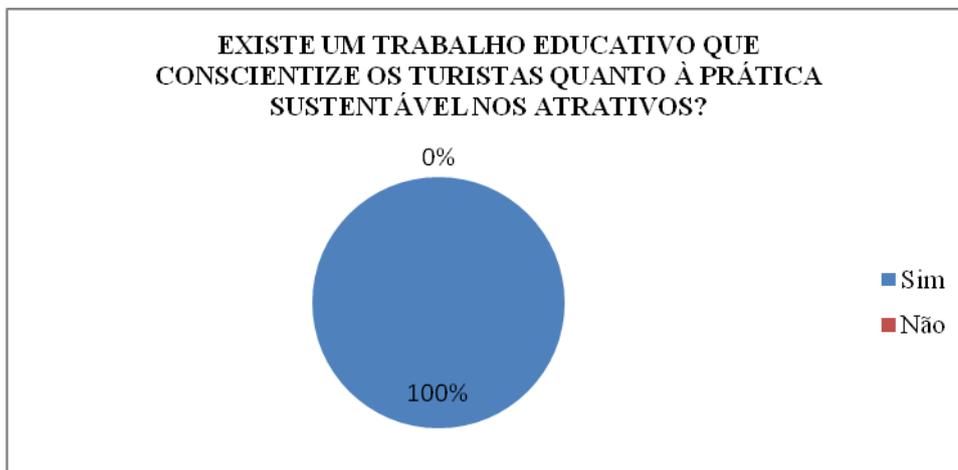
O gráfico 2.0 aborda a questão da relação entre o turismo e o resgate cultural, onde 91% dos entrevistados destacaram que as relações entre turismo e cultura se fortalecem, 4% dos entrevistados afirmaram que o turismo é um fator importante para evitar a perda de cultura e dos costumes, e 5% acreditam que a cultura pode ser resgatada dentro da comunidade através do turismo.

**Gráfico 3.0**

O gráfico 3.0 refere-se aos atrativos materiais que possuem na comunidade, se eles são devidamente preservados, os entrevistados afirmaram que sim, todos os atrativos materiais (trilhas, pinturas rupestres) que possuem na comunidade são devidamente preservados, no total de 100% de afirmação.

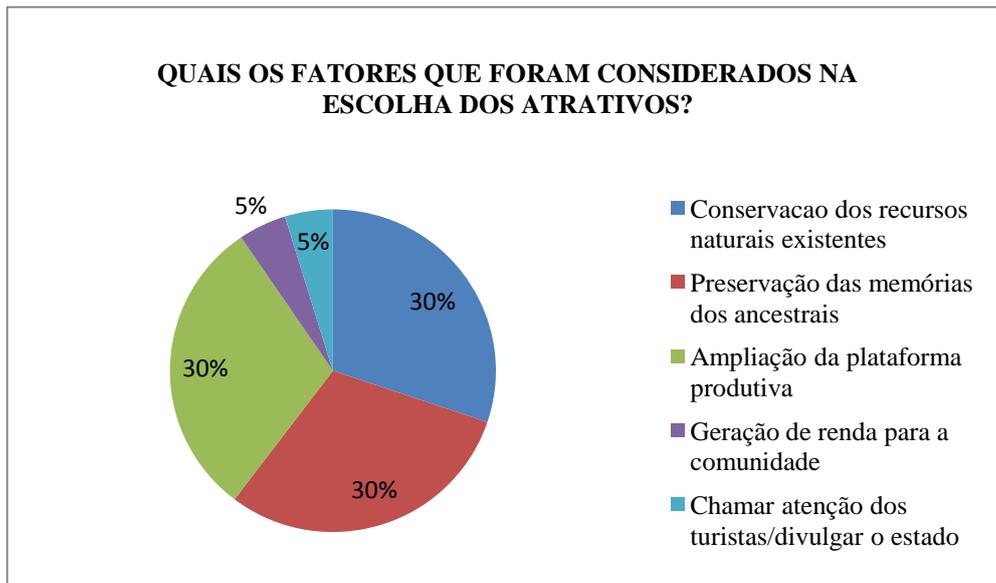
**Gráfico 4.0**

O gráfico 4.0 refere-se à relação da comunidade com os bens materiais existentes, onde 95% dos entrevistados acreditam que há uma relação entre identidade e os valores protegidos pelos ancestrais, por isso a necessidade de preservar essa relação, e 5% responderam que existe uma relação de respeito, cuidado e preservação com esses bens materiais.

**Gráfico 5.0**

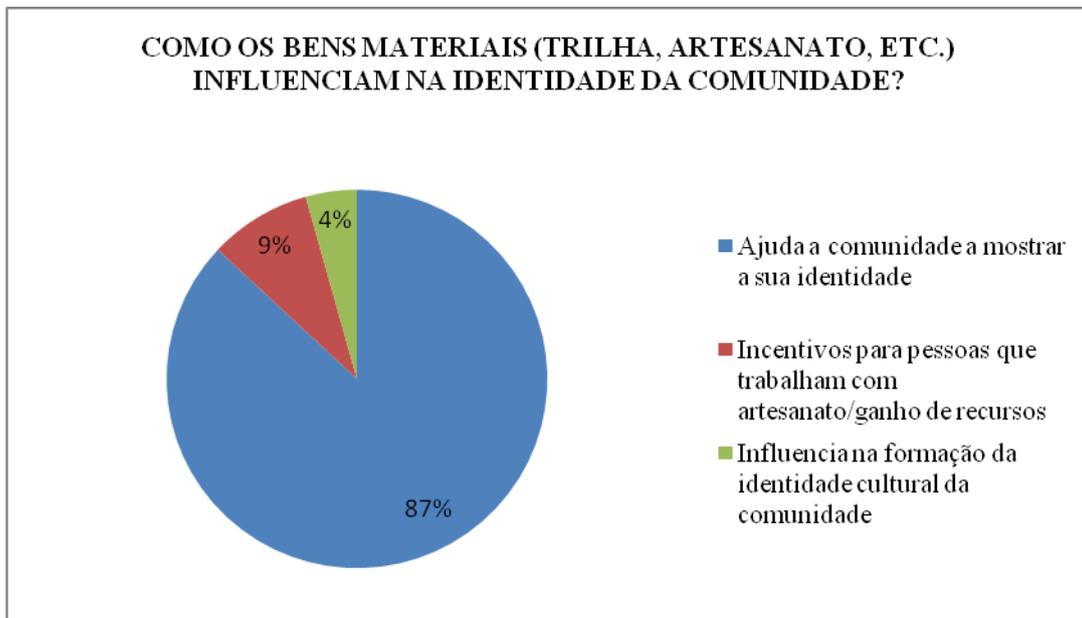
O gráfico 5.0 é relacionado à existência de um trabalho educativo com a finalidade de conscientizar os turistas para a prática sustentável dos atrativos, onde 100% dos entrevistados afirmaram que sim, existe esse trabalho educativo.

**Gráfico 6.0**

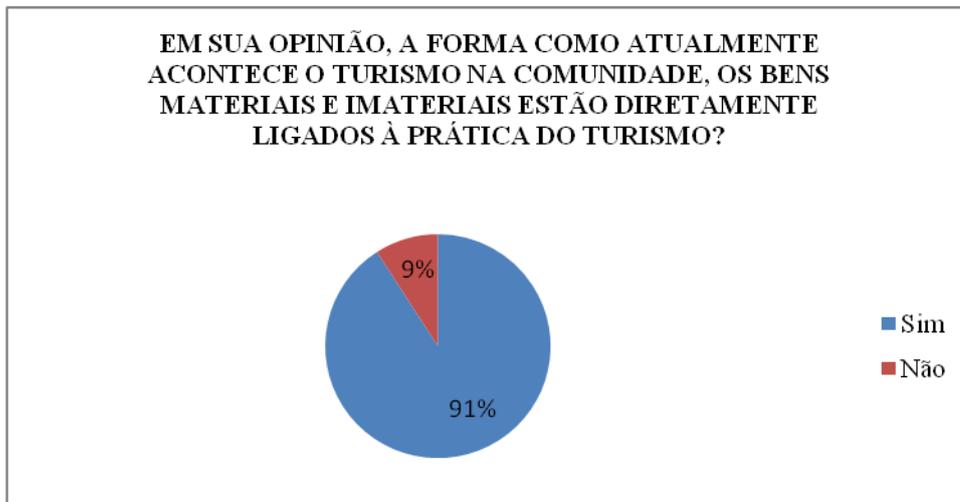


O gráfico 6.0 representa os fatores considerados na escolha dos atrativos da comunidade, onde 30% responderam que a conservação dos recursos naturais existentes foi um dos fatores pra a escolha, 30% acreditam que a preservação das memórias dos ancestrais relevante na escolha, outros 30% acreditam que aumenta a plataforma produtiva o que acarreta a geração de renda para a comunidade, 5% responderam que aumenta a geração de renda da comunidade, 5% para chamar atenção dos turistas e divulgar o estado.

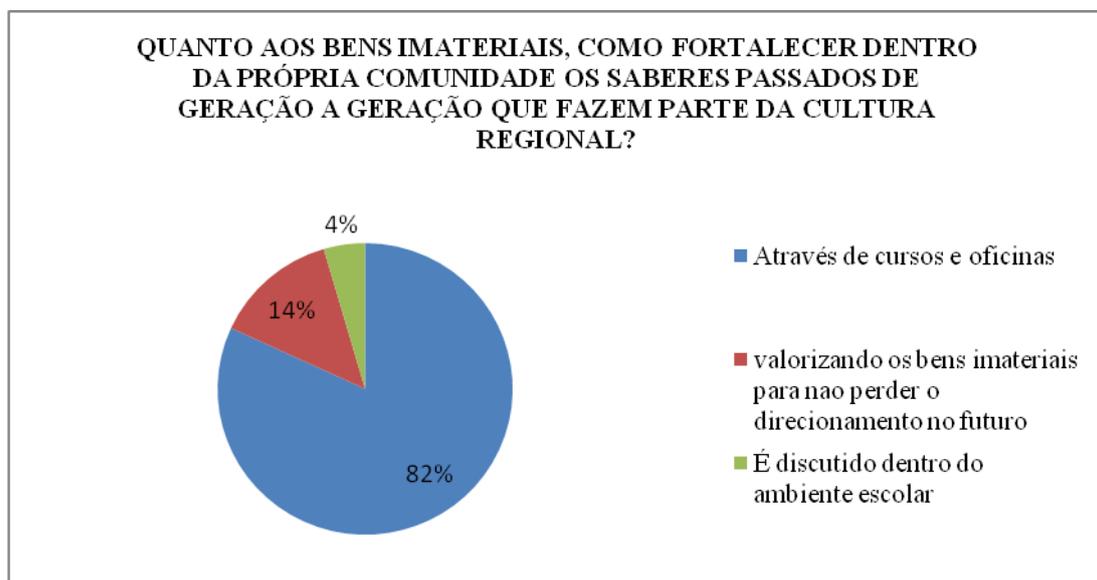
**Gráfico 7.0**



No Gráfico 7.0 trata da questão da influencia dos bens matérias na identidade da comunidade, onde 87% responderam que ajuda a comunidade a mostrar a sua identidade, 9% disseram que serve como incentivo para pessoas que trabalham com artesanato o que gera recursos financeiros, e 4% acreditam que influencia na formação cultural da comunidade.

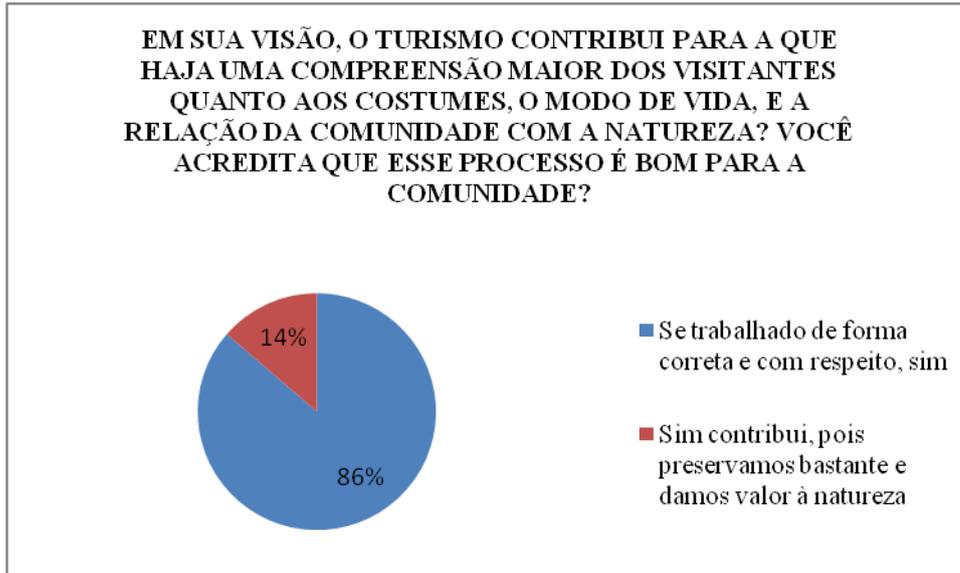
**Gráfico 8.0**

O gráfico 8.0 mostra se os bens materiais e imateriais estão diretamente ligados a prática do turismo que atualmente acontece na comunidade, 91% responderam que sim, os bens materiais e imateriais estão ligados a prática do turismo, e 9% responderam que não.

**Gráfico 9.0**

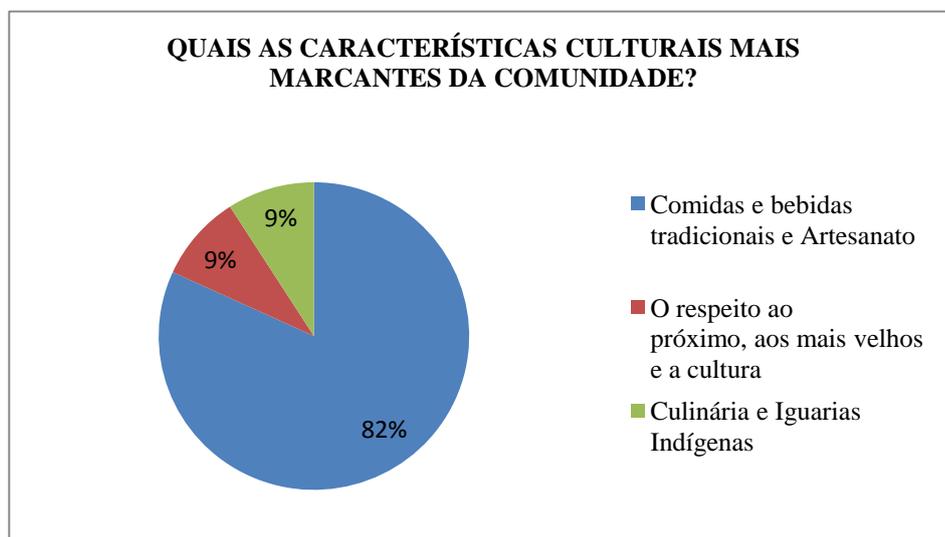
O Gráfico 9.0 é sobre os bens imateriais, em como eles se fortalecer os saberes passados de geração a geração que fazem parte da cultura regional, 82% responderam que esses saberes são repassados através de curso e oficinas, 14% afirmam que valorizando os bens imateriais para não perder o direcionamento no futuro, e 4% responderam que é discutido dentro do ambiente escolar.

**Gráfico 10.0**



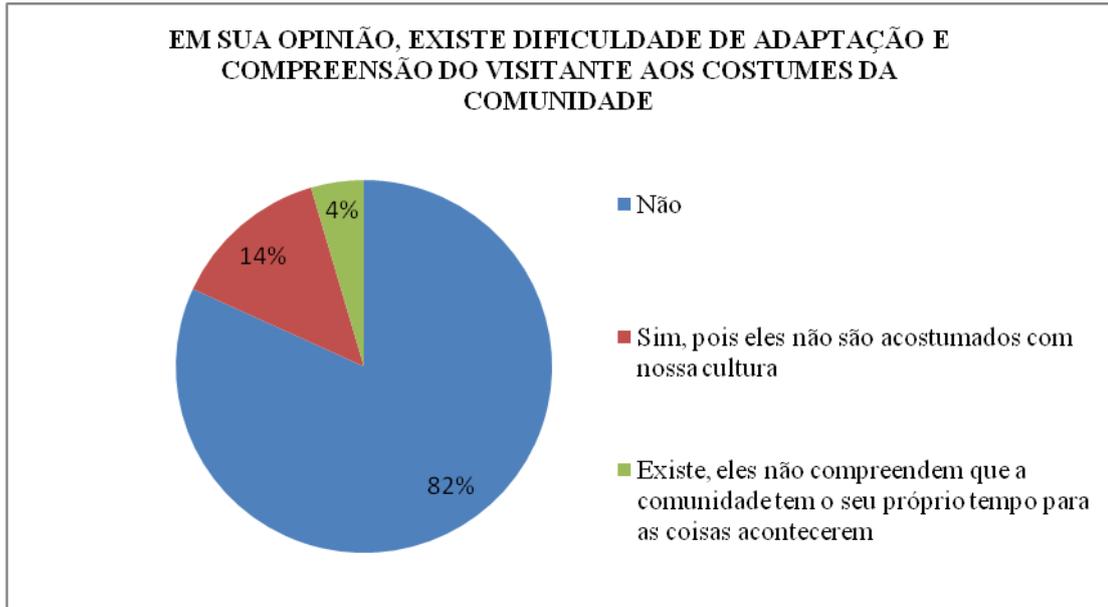
O Gráfico 10.0 relata o turismo como fator que contribui para a compreensão dos visitantes quanto aos costumes, e ao modo de vida e a relação da comunidade com a natureza, 14% responderam que sim, contribui, pois a preservação e a valorização da natureza é uma constante na comunidade, e 86% acreditam que se trabalhado de forma correta e com respeito o turismo pode sim contribuir bastante para a compreensão da cultura.

#### Gráfico 11.0



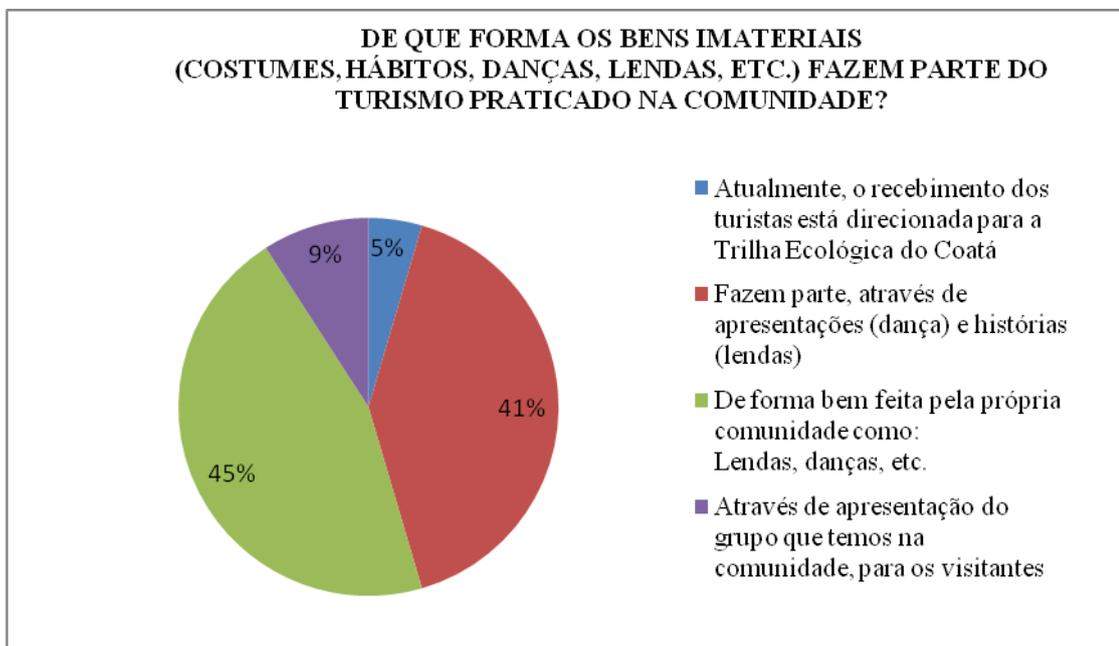
O Gráfico 11.0 trata das características culturais mais marcantes da comunidade, 82% disseram ser as comidas e bebidas tradicionais, 9% o respeito ao próximo, ao mais velho e a cultura, e 9% culinária e iguarias indígenas.

#### Gráfico 12.0



O Gráfico 12.0 retrata a dificuldade de adaptação, e de compreensão do visitante aos costumes da comunidade, 82% responderam que não existe dificuldade de adaptação e compreensão, 14% sim, pois os visitantes não são acostumados com a cultura local, e 4% afirmam que existe sim essa dificuldade de adaptação, pois não compreende que a comunidade tem seu próprio tempo para fazer as coisas acontecerem.

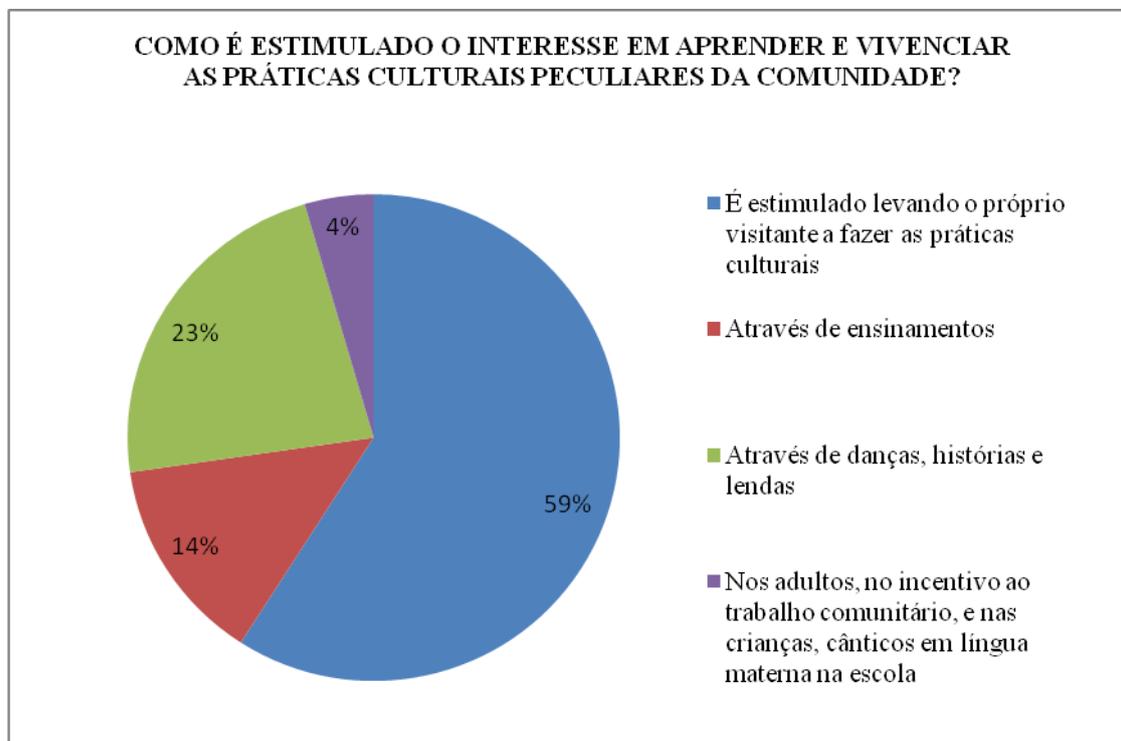
**Gráfico 13.0**



O Gráfico 13.0 oferece os percentuais sobre como as práticas culturais e aprendizagem ocorre na comunidade, por exemplo, em relação aos bens imateriais e como eles fazem parte do turismo praticado na comunidade. Assim, 45% afirmam que o patrimônio imaterial se faz presente e é revivido e aprendido por meio de lendas e danças; já 41% afirmam que os

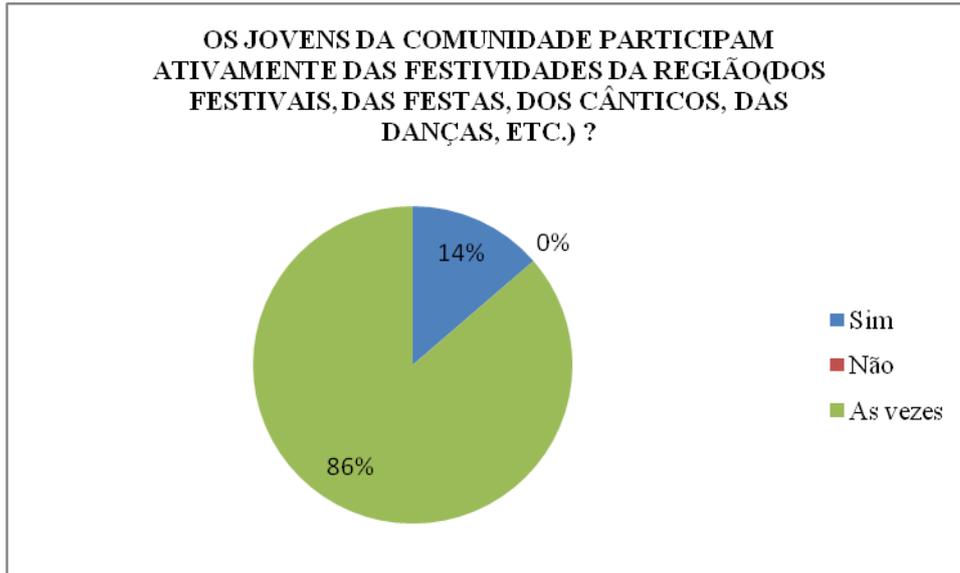
elementos imateriais fazem parte por meio de apresentações culturais, 9% através de apresentações do grupo pertencente à comunidade, 5% respondeu que o recebimento dos turistas está direcionado para a trilha ecológica do Coatá.

**Gráfico 14.0**



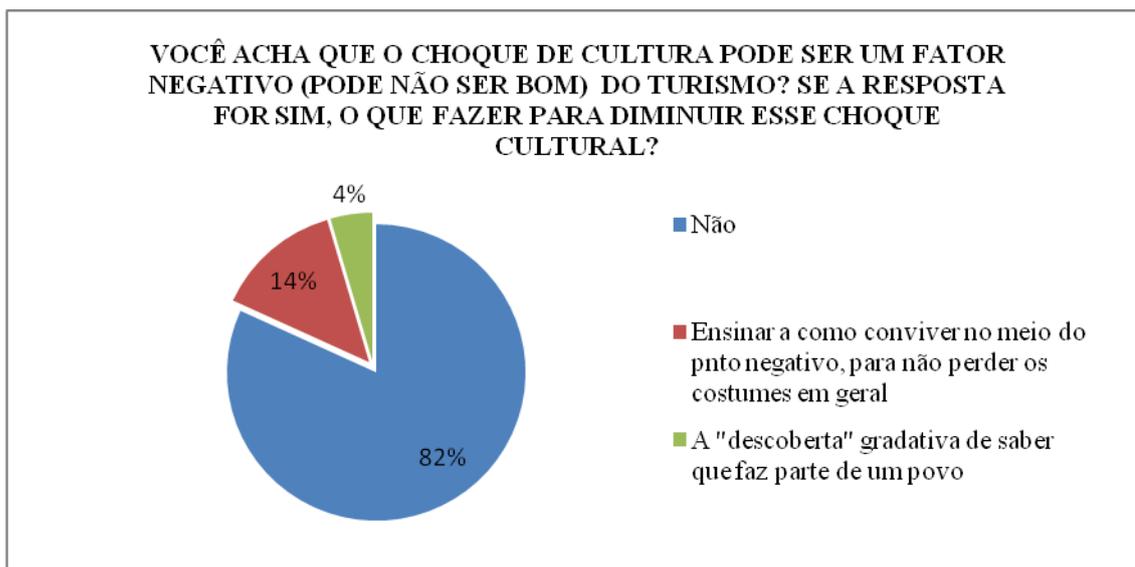
O Gráfico 14.0 é sobre o interesse e os estímulos da comunidade em aprender e vivenciar as práticas culturais peculiares deles. Nesse sentido, 59% acreditam ser estimulado levando o próprio visitante a fazer as práticas culturais, 23% afirma ser através de danças, histórias e lendas, 14% por meio de ensinamentos, 4% afirmam que o incentivo ao trabalho comunitário e nas crianças, cânticos em língua materna na escola.

**Gráfico 15.0**

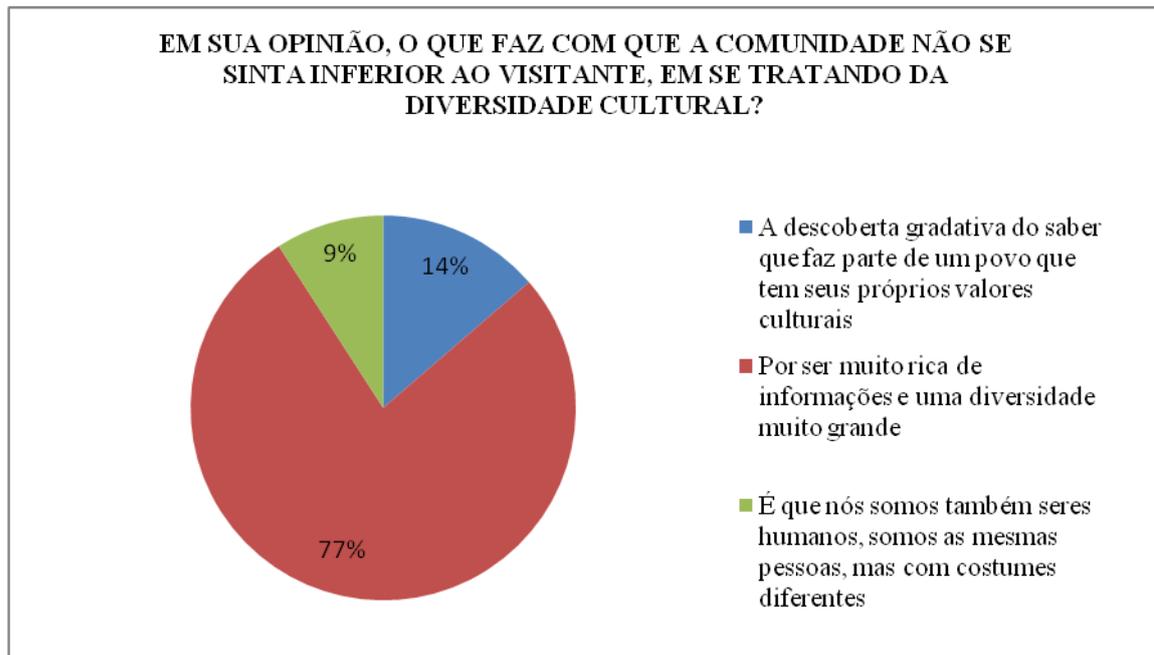


O Gráfico 15.0 mostra se os jovens da comunidade participam ou não das festividades da região, 86% responderam que às vezes eles participam, 14% responderam que sim.

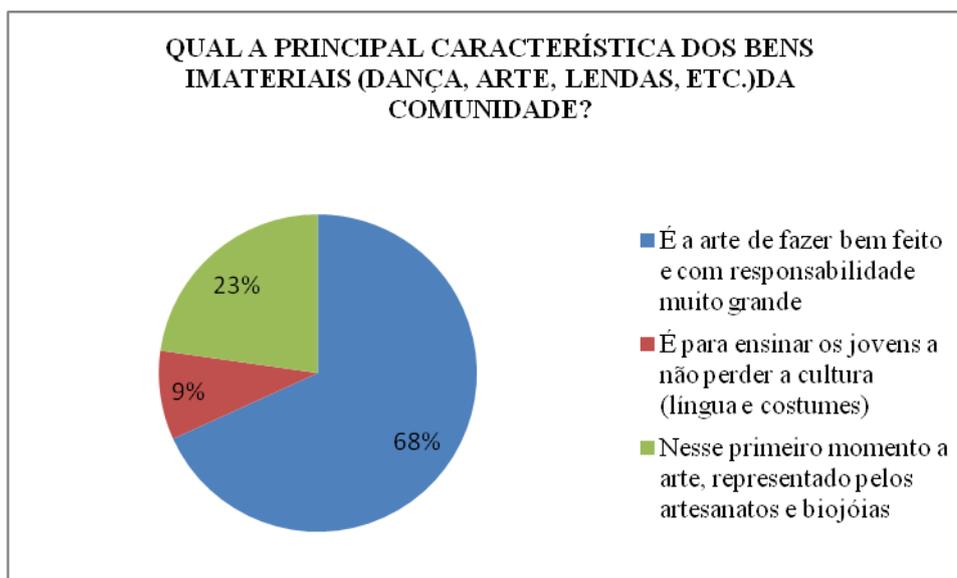
**Gráfico 16.0**



No Gráfico 16.0 é abordada a questão do choque de culturas provocado pelo turismo, e caso a resposta seja sim o que fazer para diminuir esse choque cultural, 82% disse que não, que o turismo é um fator negativo que acarreta o choque cultural, 14% acreditam que para diminuir esse choque cultural é ensinar como conviver no meio negativo para não perder os costumes em geral, 4% afirmam que a descoberta gradativa de saber que faz parte de um povo que tem seus próprios valores culturais e quando isso se internaliza o problema de inferioridade torna-se menos latente.

**Gráfico 17.0**

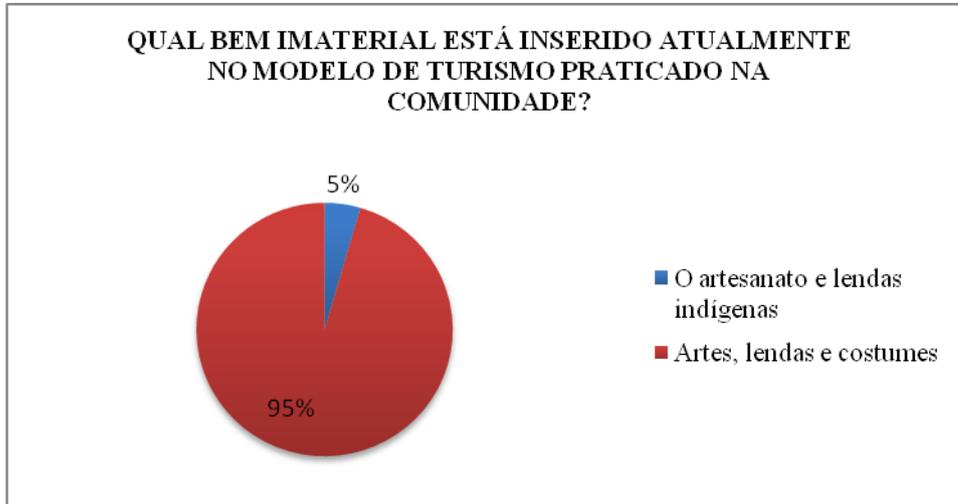
O Gráfico 17.0 traz a questão da diversidade cultural e o que a comunidade faz para não se sentir inferior ao visitante, 77% responderam por ser rica em informações e ter uma diversidade grande facilita para que não haja esse sentimento de inferioridade, 14% a descoberta gradativa do saber que faz parte de um povo que tem seus próprios valores culturais, 9% afirmam que embora sejam pessoas normais, possuem costumes diferentes.

**Gráfico 18.0**

O Gráfico 18.0 trata das principais características dos bens imateriais da comunidade, 68% responderam que a principal característica é a arte de fazer bem feito e com muita responsabilidade as danças, as artes etc., 23% afirmam que no primeiro momento a arte é

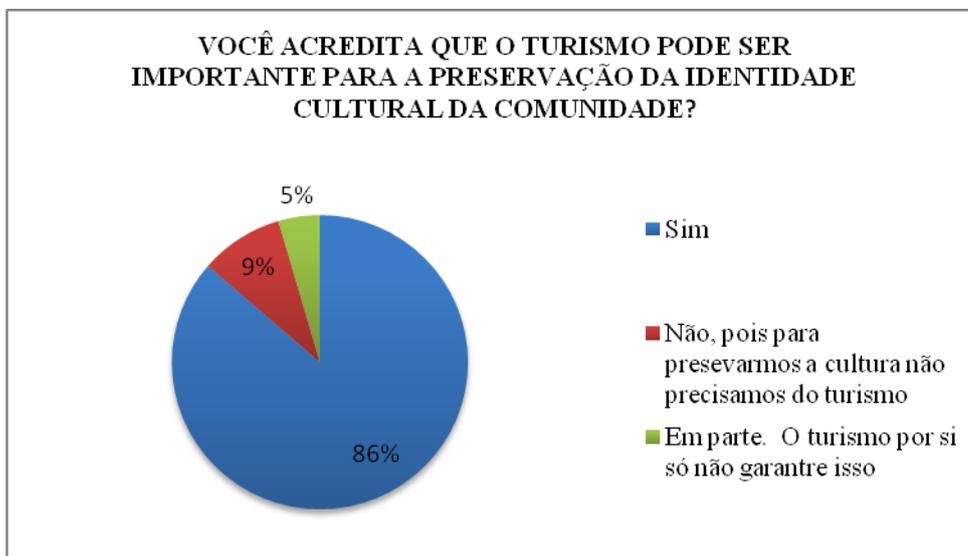
representada pelos artesanatos e biojóias, 9% é para ensinar os jovens a não perder a cultura, os costumes a língua materna.

**Gráfico 19.0**

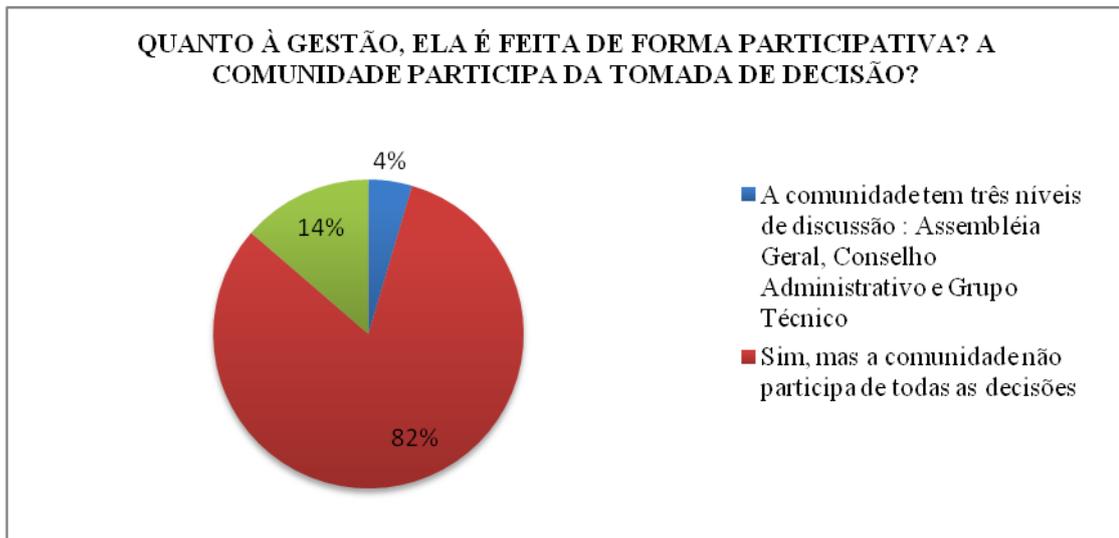


O Gráfico 19.0 aborda a questão de qual bem imaterial está atualmente inserido no modelo de turismo praticado pela comunidade, 95% responderam que é representado por meio das artes, lendas e costumes, 5% disseram que está inserido através do artesanato e lendas.

**Gráfico 20.0**



O Gráfico 20.0 trata da importância do turismo para a preservação da identidade cultural da comunidade, 86% responderam que sim, o turismo é importante para a preservação da identidade cultural da comunidade, uma vez que ele resgata o sentimento de pertencimento da comunidade, 9% acreditam que não, pois para preservar a cultura não precisa dos aspectos do turismo, 5% acredita que em parte pode ajudar, o turismo por si só não garante isso, outros elementos como a busca pelo equilíbrio da espiritualidade, por exemplo, ajuda nesse contexto, segundo a comunidade.

**Gráfico 21.0**

O Gráfico 21.0 diz respeito de como a gestão é feita na comunidade, e revela que 82% dos respondentes consideram a gestão como sendo ‘participativa’, muito embora a comunidade não participa de todas as decisões, 14% disseram que sim, pois a comunidade está juntamente com o Tuxaua para definir, 4% afirmaram que a comunidade possui três níveis de discussão: Assembleia geral, conselho administrativo e grupo técnico, representados pelos diretores da associação da comunidade, o programa de desenvolvimento sustentável de nova esperança – PRONESP, fundado em janeiro de 2001.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como parte final da análise, a pergunta-pesquisa é retomada a fim de se saber ‘**como os bens materiais e imateriais, que são patrimônio cultural da comunidade indígena, são apresentados, vivenciados, e valorizados por meio da prática do ecoturismo local**’. O Turismo na comunidade indígena Nova Esperança acontece de forma organizada, muito embora a estrutura para receber os visitantes ainda é pequena, faltam investimentos, parcerias, mas o projeto para a melhoria da infraestrutura existe e é um processo gradativo, onde o tempo estipulado para a melhoria é de cinco anos, a iniciativa de mudança partiu das necessidades da própria comunidade, com propostas e estudos direcionados, grupos interdisciplinares que visam a melhoria da qualidade de vida, com novas propostas de emprego, que por sua vez elevam a autoestima da comunidade, estudos direcionados ao meio ambiente, e as particularidades da comunidade de uma forma geral. A pergunta norteadora da pesquisa foi: Como os bens materiais e imateriais, que são patrimônio cultural da comunidade indígena, são apresentados, vivenciados, e valorizados por meio da prática do ecoturismo local?

A visão que a comunidade tem do turismo que atualmente é praticado na comunidade, não favorece de forma integral a inserção do patrimônio imaterial no seu

inventário turístico, ainda que alguns aspectos estejam intrinsecamente relacionada prática do turismo indígena, os fatores culturais imateriais aqui descritos, como danças, o cotidiano da comunidade, a participação da comunidade de forma mais ampla, ainda é insipiente, uma vez que hoje o turismo na comunidade Nova Esperança se resume a visitação das trilhas ecológicas.

Um dos fatores que implicam nessa inserção integral da comunidade sendo ela própria protagonista do turismo, além é claro da falta de estrutura, é a aceitação da comunidade em se tornar protagonista do processo turístico, ainda que algumas famílias desejem de fato trabalhar com o turismo de forma direta, ou seja, sendo atuantes em todo o processo, outras famílias ainda não despertaram esse interesse, devido a falta de informação, ou por achar que simplesmente essa atividade não trará benefício algum para sua família. Mas essa é uma questão que vem sendo trabalhada pelo grupo responsável pela tomada de decisões dentro da comunidade, de forma gradativa, reconhecendo o potencial de cada um, fortalecendo os laços culturais entre os mais jovens.

O patrimônio material é o ponto forte do turismo na comunidade, por se tratar de trilhas ecológicas, onde o maior atrativo, fora a trilha em si, são as pinturas rupestres, que a elas são associadas lendas e ditos populares criados pelos habitantes locais, a culinária regional também é um bem material inserido no processo turístico.

A comunidade Nova Esperança é privilegiada por ser de fácil acesso, por ter um grupo de pessoas que trabalham em conjunto em prol da comunidade, que tem todo um planejamento de crescimento econômico, estrutural, social, respeitando sempre os limites ambientais, e principalmente uma gestão que pensa na comunidade, no bem-estar dos moradores. A principal recomendação é que a comunidade de uma forma geral, não só as que já trabalham com turismo, tenha acesso aos planos que veem sendo desenvolvidos para o futuro da comunidade, para que de forma participativa e harmoniosa todos possam vir a opinar de acordo com suas necessidades e perfis particulares. E que novas parcerias sejam firmadas, e as políticas públicas ajam de maneira que propicie o progresso necessário para a consolidação do turismo em várias esferas dentro do que planeja a comunidade.

## 5. REFERÊNCIAS

- AGUINAGA, Karyn Ferreira Souza. **A proteção do patrimônio cultural imaterial e os conhecimentos tradicionais**. Manaus, 2007.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. **O patrimônio**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2003.
- BARBOSA, Izolda Kelly; SILVA, Cristina Basílio Crispin. **Ecoturismo e etnoturismo na aldeia de tramataia**- área de proteção ambiental da barra de Mamanguape- PB: uma nova alternativa econômica sustentável ou mais um fator gerador de conflitos sócio-ambientais.
- BARRETO, Margarita. **Cultura e turismo: Discussões Contemporâneas**. Campinas, SP: Papyrus, 2007.
- BARRETO, Margarita. BURGOS, Raúl. FRENKEL, David. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- BARTHOLO, Roberto. DELAMARO, Maurício. BADIN, Luciana. **Turismo e Sustentabilidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BRANDÃO, C.N; BARBIERI, J. C; SILVA, L.C.J. **Turismo Sustentável em Comunidades Indígenas da Amazônia**. *Revista de Administração de Roraima*. RARR, Ed 2, Vol2, p 17-28 , 2º Sem – BoaVista, 2012.
- BRANDÃO, N. C; BARBIERI, C. J; JUNIOR, R. **Análise dos Impactos Sociais, Culturais, Econômicos e Ambientais do Turismo Indígena: Estudo multicaseos em comunidades indígenas de Roraima**. XXXVII Encontro da ANPAD- 2013.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Cultural: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- BRITO, T.. Turismo e povos indígenas. **Anuário da Produção Acadêmica Docente**. Disponível em: <<http://sare.anhanguera.com/index.php/anudo/article/view/999/713>>. Acesso em: 17 Jun. 2013.
- BRITO, Telma Medeiros. **Turismo e Povos Indígenas**. Anuário da produção acadêmica docente, vol:III, nº 4, ano 2009.
- CAMPOS, Angelo Mariano Nunes. **O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável**. Caderno virtual de turismo. Vol. 5, nº1 (2005).
- CHERNELA, J. A.; **Povos Indígenas e Turismo Cultural: Condições para sustentabilidades**. S.P. Pereira, E.M. (orgs). Ecoturismo: Práticas para turismo sustentável. Manaus: Editora Vale/Uninorte, 2004.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao>>. Acesso em: 09 fevereiro de 2013.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **A exclusão e a inclusão social e o turismo**. Revista de Turismo e Patrimônio Cultural. v. 3, n. 2, 2005.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**/ Flávia Roberta Costa – São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SESC SP, 2009.

DALE, P. **Definindo ecoturismo...para quê? Para quem?** In: MEDONÇA, R.; NEIMA, Z. (orgs). Ecoturismo no Brasil. São Paulo: Mande, 2005. Disponível em:<HTTP. Âmbito juridico.com.br/site/index.php?n\_link=revista\_artigos\_leitura\_id. Acesso em 01/02/2013.

FARIA, Ivani F de. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão no Amazonas. Pasos: Revista de Turismo y Patrimônio Cultural. V 3 nº1. ISSN 1695-7121, p. 63-77, 2005.

FUJIHARA, Marco Antonio; LOPES, Fernando Giachini. **Sustentabilidade e mudanças climáticas: guia para o amanhã**- São Paulo: Terras das artes: Editora Senac São Paulo, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu, 1959. **Patrimônio histórico e cultural**. Pedro Paulo Funari, Sandra de Cássia Araújo Pelegrini. -2º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. [tradução Contexto Traduções]. 3 ed. São Paulo. Aleph, 2001.

LEAL, Rosana Eduardo da Silva. **O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico**. Caderno virtual de turismo, vol. 7, nº 3, 2007.

LINDBERG, Kreg, HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**; tradução de Leila Cristina de M. Darin; 5. ed. São Paulo, SP. Editora Senac, 2005.

MARTINS, Idânia Rita dos Santos; COUTINHO, Helen Rita Menezes. **Turismo em áreas indígenas**- Revista Eletrônica Aboré- Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo- edição 03/2007.

MOLINA E. , Sérgio. **Turismo e Ecologia**, Viana Baptista- Bauru, SP: EDUSC, 2001.

NOGUEIRA, E. M.; COSTA-NETO, C. P. L.; SILVA, G. P. **Qualificação profissional como suporte para implantação do etnoturismo na comunidade indígena Ingarikó (RR)**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, V.6, n. 2, mai/jul-2013, pp.424-411.

NOGUEIRA, E.M.N.; Silva, G.P.; Costa-Neto, C.P.L.; Falcão, M.T.; Rodrigues, R.M. **Etnoturismo e etnoecologia: Possibilidades para o desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas**. Anais do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.4, nov-2013, pp.121-140.

NOTÍCIAS DE RORAIMA. **Lenda de Macunaíma, Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil**. Disponível em:<<http://noticiasderoraima.blogspot.com.br/2011/05/lenda-de-makunaima-patrimonio-cultural.html>>. Acesso em 24 out de 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi, 1945- **Cultura e patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OMT. **Introducción al turismo**. Madrid: OMT, 2002.

- PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- PIRES, Teles. **Plano básico ambiental**: componente indígena (PBAI). Fevereiro de 2012-Ver.02.
- PORTAL BRASIL. **Patrimônio material e imaterial**. 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/material-e-imaterial>>. Acesso em: 09 fev de 2013.
- RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**: A proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- RUSCHMANN, Doris Van de meene. **Turismo e planejamento sustentável**: A proteção do meio ambiente. 16. ed. – Campinas, SP. Papirus, 2012.
- RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente- Campinas, SP: papiros, 1997.
- SANTOS, Rosely Izabel Correa dos. **Conhecimento conscientização e preservação de patrimônio cultural para a prática do turismo**. Turismo visão e ação, 2001.
- SCHAUN, A.; Vtsonomiya, F. **Comunicação e Sustentabilidade**: Conceitos, contextos e experiências. In: Ana Luisa Campos e Souza [et al.]. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- SCHENEIDER, Evania. **Gestão Ambiental Municipal: Preservação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentavel**. 8. Ed. Campinas, SP, 2000
- SCHRODER, Peter. **Economia indígena**: Situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia legal. Editora universitária: UFPE, 2003.
- SERRANO, Celia M. Toledo; BRUHNS, Heloisa T. **Viagens à natureza**: Turismo, Cultura e Ambiente. Campinas, SP. Papirus, 1997.
- TAMASO, Izabela. **A expansão do patrimônio**: Novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. Série Antropologia, Brasília, 2006.
- TRINDADE, V. S; CARVALHO, S.M.S. **Estrutura de um plano de negócios para o desenvolvimento de um empreendimento turístico**: Um estudo de caso da microempresa “AJL”. Revista Eletrônica Aboré - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus - Edição 05 Dez/2010.
- VERDUM, Ricardo. **Povos Indígenas**: Constituições e reformas políticas na América Latina. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009.
- VIANNA, C. R., Letícia. TEIXEIRA, L. C., João Gabriel. **Patrimônio imaterial, performance e identidade**. 2008. In : ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14437-02.pdf>>. Acesso em: 04 jun de 2014

**ANEXO*****QUESTIONÁRIO: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS***

- 1- Na sua visão, o turismo pode ser um importante fator de valorização e resgate dos costumes, da cultura em geral? ( )Sim ( )Não
- 2- Como você vê a relação entre o turismo e o resgate cultural na sua comunidade?
- 3- Os atrativos turísticos materiais (trilhas, pinturas rupestres, artesanato) que possuem na comunidade, são devidamente preservados? ( )Sim ( )Não
- 4- Qual a relação da comunidade com os bens materiais existentes?
- 5- Existe um trabalho educativo que conscientize os turistas quanto à prática sustentável nos atrativos? ( )Sim ( )Não
- 6- Quais os fatores que levaram que foram considerados na escolha dos atrativos?
- 7- Como os bens materiais (trilha, artesanato, etc.) influenciam na identidade da comunidade?
- 8- Em sua opinião, a forma como atualmente acontece o turismo na comunidade, os bens materiais e imateriais estão diretamente ligados à prática do turismo? ( )Sim ( )Não
- 9- Quanto aos bens imateriais, como fortalecer dentro da própria comunidade os saberes passados de geração a geração que fazem parte da cultura regional?
- 10- Em sua visão, o turismo contribui para a que haja uma compreensão maior dos visitantes quanto aos costumes, o modo de vida, e a relação da comunidade com a natureza? Você acredita que esse processo é bom para a comunidade?
- 11- Quais as características culturais mais marcantes da comunidade?
- 12- Em sua opinião, existe dificuldade de adaptação e compreensão do visitante aos costumes da comunidade?
- 13- De que forma os bens imateriais (costumes, hábitos, danças, lendas, etc.) fazem parte do turismo praticado na comunidade?
- 14- Como é estimulado o interesse em aprender e vivenciar as práticas culturais peculiares da comunidade?

- 15- Os jovens da comunidade participam ativamente das festividades da região (dos festivais, das festas, dos cânticos, das danças, etc.) ? ( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes
- 16- Você acha que o choque de cultura pode ser um fator negativo (pode não ser bom) do turismo? Se a resposta for sim, o que fazer para diminuir esse choque cultural?
- 17- Em sua opinião, o que faz com que a comunidade não se sinta inferior ao visitante, em se tratando da diversidade cultural?
- 18- Qual a principal característica dos bens imateriais (dança, arte, lendas, etc.) da comunidade?
- 19- Qual bem imaterial está inserido atualmente no modelo de turismo praticado na comunidade?
- 20- Você acredita que o turismo pode ser importante para a preservação da identidade cultural da comunidade?
- 21- Quanto à gestão, ela é feita de forma participativa? A comunidade participa da tomada de decisão?